

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**GABRIEL BRAGA MENDES**

**CINCO DÉCADAS, TRÊS PODERES E UM JORNAL**

**Rio de Janeiro**

**2008**

GABRIEL BRAGA MENDES

CINCO DÉCADAS, TRÊS PODERES E UM JORNAL

UFRJ / CFCH / ECO

Gabriel Braga Mendes

CINCO DÉCADAS, TRÊS PODERES E UM JORNAL

Monografia apresentada à Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Joaquim Welley Martins

Rio de Janeiro

2008

Mendes, Gabriel Braga

Cinco décadas, três poderes e um jornal. / Gabriel Braga Mendes.  
Rio de Janeiro, 2008.  
76 f.

Monografia (Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de  
Comunicação - ECO, 2008.

Orientador: Prof. Joaquim Welley Martins

1. Jornalismo político. 2. Teoria dos três poderes. 3. Mídia como  
quarto poder – Monografia. I. Martins, Joaquim Welley (Orient.).  
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de  
Comunicação. III. Título

Gabriel Braga Mendes

CINCO DÉCADAS, TRÊS PODERES E UM JORNAL

Monografia apresentada à Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2008

Aprovado por:

---

Prof. Ms Joaquim Welley Martins, ECO/UFRJ

---

Prof. Dr Eduardo Refkalefsky, ECO/UFRJ

---

Prof. Dr. Gabriel Collares, ECO/UFRJ

## AGRADECIMENTOS

Quando concluí o curso de Radialismo, em dezembro de 2006, tive a oportunidade de fazer um agradecimento emocionado a todos aqueles que contribuíram para a minha formação acadêmica. Agora, tenho novamente a chance de eternizar a minha gratidão a esse seleto grupo de familiares, amigos e professores, que me deu o estímulo necessário para que eu obtivesse o tão esperado diploma de jornalista.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha namorada Melissa, por me incentivar, me reconfortar e me enobrecer, ao acrescentar ao meu racionalismo, um pouco de doçura, sensibilidade e amor. Agradeço, também, aos meus pais, Álvaro e Ana, companheiros de estudo, pelos exemplos diários de superação e perseverança. Numa curiosa inversão de papéis, é o filho recém-formado que se orgulha do empenho dos pais-estudantes.

À minha avó Suzana, amiga, eterna e única, agradeço pelo carinho incondicional e pelas incessantes lições de vida. Agradeço aos meus irmãos Lulu, Guto e Carol, por estarem sempre ao meu lado, vibrando com as nossas conquistas. Aos meus tios e primos, agradeço por constituírem uma família unida e fazerem dos nossos encontros momentos divertidos e não menos educativos. Agradeço também ao Chicão, por cuidar dos nossos corações (em todos os sentidos) e viabilizar as produções acadêmicas simultâneas da nossa casa.

Renovo minha gratidão ao professor Joaquim Welley, que topou reeditar a bem sucedida parceria e, mais uma vez, foi fundamental para a execução da monografia. Estendo o agradecimento aos docentes da UFRJ que contribuíram para a minha formação, em especial aos professores Eduardo Refkalefsky e Gabriel Collares.

Agradeço às amigas Bia, Fabi e Stela, por dividirem comigo dúvidas, anseios e opiniões, e tornarem mais agradáveis as manhãs de aula. Por fim, reitero aos amigos da Cadizé a infinita gratidão pelos prazeres efêmeros da amizade eterna.

## RESUMO

MENDES, Gabriel Braga. **Cinco décadas, três poderes e um jornal**. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Este trabalho é um estudo qualitativo e quantitativo sobre a cobertura dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) pelo jornal O Globo, nos anos de 1968, 1978, 1988, 1998 e 2008. Foram pesquisadas na Biblioteca Nacional todas as edições do mês de março dos cinco anos escolhidos. Na parte quantitativa, avaliou-se o espaço reservado a cada poder ao longo do tempo. Paralelamente, a análise qualitativa forneceu o contexto histórico e político dos anos abrangidos. Para embasar a discussão sobre os resultados obtidos, foram revisados os clássicos da teoria política mundial, desde Maquiavel, passando por Locke, Hobbes e Montesquieu, até chegar a Rousseau e os federalistas norte-americanos. Também se analisou brevemente a idéia, defendida por alguns teóricos da comunicação, de que a mídia se estabeleceu como um quarto poder informal. A partir da pesquisa, foi possível percorrer a história da relação dos três poderes com a mídia nos últimos 40 anos e apontar as tendências do atual cenário político brasileiro.

## SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	1
2.A TEORIA DOS TRÊS PODERES	5
3.O QUARTO PODER	12
4.OS TRÊS PODERES EM NÚMEROS	19
4.1.Metodologia	19
4.2.Análise quantitativa	24
4.3. A primeira página em foco	33
5.OS TRÊS PODERES NAS ENTRELINHAS	38
5.1. 1968: todo poder ao Executivo	38
5.2. 1978: ensaio democrático	43
5.3. 1988: o reinado do Legislativo	47
5.4. 1998: o Executivo contra-ataca	52
5.5. 2008: à sombra do hiperpresidencialismo	56
6.CONCLUSÃO	61
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
8.ANEXOS	



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Arena – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CSS – Contribuição Social para a Saúde

DEM – Democratas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

JK – Juscelino Kubitschek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MP – Medida Provisória

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## 1. INTRODUÇÃO

A maioria dos estados contemporâneos se divide em Executivo, Legislativo e Judiciário. A separação entre os poderes é elemento basilar da democracia e um dos principais antídotos contra a tirania. Embora a democracia tenha se consolidado no século XX, a divisão de poderes remonta à Antiguidade. Na *polis* (Grécia) e na *civitas* (Roma), havia órgãos especializados em executar, legislar e julgar (SOARES, 2002, p.352). Todo esse arcabouço democrático, contudo, foi obliterado pelas trevas da Idade Média e esmagado pela mão forte do Absolutismo. Foi somente no século XVII que John Locke resgatou a teoria dos três poderes, à época, Executivo, Federativo e Legislativo. Para Locke, o Legislativo era o poder supremo e o Executivo acumulava a função judiciária. (WEFFORT, 2006, pp.92-100)

Coube a Charles de Montesquieu, um século mais tarde, introduzir um poder responsável exclusivamente pelo julgamento das leis. Mais do que apresentar o modelo clássico de tripartição constitucional (Executivo, Legislativo e Judiciário), Montesquieu trouxe à baila a idéia de que um poder deve conter o outro, através do sistema de freios e contrapesos. (MONTESQUIEU in WEFFORT, 2006, pp.160-173) É essa organização que prevalece nos estados democráticos até os dias de hoje, com uma ou outra nuance constitucional.

No entanto, essa divisão teórica não significa, na prática, que somente os integrantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário detenham as rédeas do poder. Nas democracias hodiernas, há uma série de atores não-políticos que também tomam parte ou influenciam os processos decisórios. Entre eles estão as grandes empresas, os sindicatos, as organizações não-governamentais, os líderes comunitários e a mídia. Este último agente, em especial, ganhou enorme peso no decorrer do século passado, devido às características das atuais democracias.

Diferentemente da *polis* grega, não há nas sociedades contemporâneas um espaço público compartilhado e dialógico, como a *ágora*, em que todos os cidadãos possam participar das discussões e decisões políticas. A expansão territorial e demográfica das nações inviabilizou a democracia direta e participativa, mas não significou o ocaso do sistema democrático. A representatividade, através de eleições, foi adotada como solução

para esse impasse. E a mídia apresentou-se como a ponte entre os cidadãos e os políticos por eles eleitos. Forjou-se, pois, uma espécie de democracia mediada, em que os veículos de comunicação fazem a ligação entre o público e o privado. (THOMPSON, 2002, p.223; FIGUEIREDO, 2000, p.40)

Esse papel preponderante assumido pelos meios de comunicação deslocou-os para o centro dos debates da ciência política. Pulularam teses sobre a relação entre o noticiário e o resultado de eleições. Inúmeras dissertações analisaram a participação da imprensa em episódios históricos, bem como a sua influência, de modo geral, nas decisões políticas do país. Não por outra razão, boa parte da Academia passou a enxergar a mídia como um quarto poder informal. (BEZERRA, 2005, pp.1-10; LATTMAN-WELTMAN, 2003, pp.4-8)

Em que pese a farta produção acadêmica sobre o tema, muito pouco se pesquisou a respeito da relação entre os três poderes e a mídia. A maior parte das teses restringiu-se aos períodos eleitorais e ignorou, em certa medida, a cobertura da rotina de trabalho do Executivo, Legislativo e Judiciário. Qual o espaço reservado pelos veículos de comunicação a cada um dos poderes? Há algum poder que tradicionalmente é mais noticiado do que os outros? Que razões levam a mídia a destacar um poder em detrimento dos outros? Estas são perguntas que ainda não foram satisfatoriamente respondidas. Os poucos trabalhos que trataram da cobertura dos poderes pela mídia adotaram um viés muito mais opinativo do que experimental. Faltam pesquisas quantitativas que mensurem o espaço reservado pelos veículos de comunicação ao Executivo, Legislativo e Judiciário.

É nesse vácuo que este trabalho procura se inserir. Como o estudo em questão é de ordem empírica, algumas restrições se fizeram necessárias para atender ao rigor acadêmico-científico. Delimitou-se, destarte, a pesquisa ao jornal O Globo, nos meses de março dos anos de 1968, 1978, 1988, 1998 e 2008. Foram analisadas 3.973 matérias, de 150 edições do jornal O Globo, com o intuito de calcular o espaço reservado pelo principal jornal fluminense aos três poderes, ao longo das últimas cinco décadas. Empreendeu-se, em paralelo, minuciosa investigação nas reportagens e nos editoriais, para contextualizar os números obtidos através da coleta de dados. A proposta desta monografia é, portanto, analisar qualitativa e quantitativamente a cobertura dos três poderes pelo jornal O Globo.

Para permitir um embasamento teórico e facilitar a exposição detalhada dos resultados da pesquisa, dividiu-se o trabalho em cinco partes. No capítulo *A Teoria dos Três Poderes*, revisitam-se as obras clássicas da teoria política, desde Maquiavel, passando por Hobbes, Locke e Montesquieu, até chegar a Rousseau e os federalistas norte-americanos. Esta revisão bibliográfica ajuda a compreender a evolução do pensamento sobre a tripartição do poder, que é a base das democracias atuais. Os clássicos da teoria política também desmistificam a idéia de que os poderes devem ser totalmente autônomos e independentes. Como se verá, há uma imbricação e uma interdependência entre Executivo, Legislativo e Judiciário. E é justamente essa interpenetração de forças que impede os excessos de um dos poderes.

O capítulo *O Quarto Poder* discute o papel dos veículos de comunicação nas democracias contemporâneas, notadamente no Brasil. Para isso, se estabelece um diálogo com o artigo “A Mídia como Poder Moderador”, do pesquisador Afonso de Albuquerque. Em seu estudo, Albuquerque propõe que o Brasil se enquadra num modelo político-midiático em que os partidos políticos são fracos e os veículos de comunicação atuam ativamente no processo decisório. Para ele, a mídia passou a agir como um quarto poder, após a Ditadura Militar. A posição é reforçada pelos estudos de outros pesquisadores como Heloísa Dias Bezerra e Fernando Lattman-Weltman. Para expandir o debate, apresenta-se também o artigo “A mídia e o declínio da confiança na política”, do cientista político Luís Felipe Miguel, que joga luz sobre o esvaziamento político e destrincha as relações desse fenômeno com o posicionamento dos veículos de comunicação. Em que pesem as divergências pontuais, há um consenso acadêmico de que a mídia efetivamente interfere nos processos políticos.

Com o substrato teórico apresentado, o capítulo *Os Três Poderes em Números* esclarece a metodologia empregada na pesquisa e, em seguida, expõe os resultados quantitativos. Optou-se por coletar os dados de maneira simplificada, sem considerar a valência da matéria (negativa, positiva ou neutra) ou os aspectos relativos à diagramação (posição na página, localização no jornal, presença de elementos gráficos). Calculou-se, assim, o total de matérias publicadas na editoria de País do jornal O Globo sobre cada um dos três poderes. E atribuiu-se o mesmo peso a toda matéria referente a um poder, fosse ela uma reportagem de destaque ou uma nota de canto de página. Entendeu-se que uma análise

mais detalhada seria inviável e poderia incorrer em avaliações subjetivas que não cabem neste tipo de trabalho.

A partir da coleta dos dados, foram montados gráficos para facilitar a comparação do espaço reservado a cada poder ao longo do tempo. Assim, é possível verificar o percentual de matérias políticas destinadas ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário em cada um dos cinco anos pesquisados. Os números obtidos dizem muito sobre a conjuntura política e a linha editorial de O Globo em cada década.

Mas para fundamentar e contextualizar os resultados da pesquisa, o capítulo *Os Três Poderes nas Entrelinhas* se ocupa de destrinchar matérias e editoriais publicados pelo jornal nos meses de março dos cinco anos investigados. Nesta parte do trabalho, são apresentados e discutidos os posicionamentos editoriais de O Globo, os assuntos políticos que mereceram destaque e o tipo de cobertura reservado ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário em cada década. Esta análise qualitativa evidencia as mudanças editoriais sofridas por O Globo ao longo do tempo e também os princípios e valores que se mantiveram nos últimos 40 anos.

Na *Conclusão*, foram sintetizadas as principais descobertas da pesquisa. Combinadas, a investigação quantitativa e a análise qualitativa ajudam a entender a trajetória e os percalços do estado democrático de direito no Brasil, na segunda metade do século passado. Contudo, muito mais do que revistar a História, este estudo aponta as principais tendências do atual cenário político brasileiro e propõe uma reflexão sobre o papel da mídia nesse processo.

## 2. A TEORIA DOS TRÊS PODERES

Embora se costume atribuir a Montesquieu a paternidade da Teoria dos Três Poderes, quem primeiro escreveu sobre a separação dos poderes foi John Locke. O mérito de Montesquieu foi acrescentar a idéia de que “é preciso que o poder contenha o poder”, através do que ele chamou de sistema de freios e contrapesos. Contudo, muito antes de os dois pensadores desenvolverem, nos séculos XVII e XVIII, suas idéias, diversas sociedades já adotavam a divisão de poderes. Na Antiguidade, tanto a *polis* (Grécia) quanto a *civitas* (Roma) eram geridas por “diferentes órgãos, com funções específicas, de natureza legislativa, executiva e judiciária”. (SOARES, 2002, p.352) Havia as assembléias, o Dicastério ateniense (que condenou Sócrates à pena capital), o Areópago (conselho de aristocratas atenienses que exercia o papel de tribunal) e o Senado romano.

Com o declínio das antigas repúblicas, o poder se fragmentou, num primeiro momento, entre os senhores feudais. Cada um administrava, fazia as leis e julgava os servos no seu pedaço de terra. O advento do Absolutismo deu origem aos primeiros Estados modernos e concentrou o poder nas mãos dos monarcas. Durante séculos, prevaleceu a teoria do “direito divino”, que sustentava que o poder real vinha diretamente de Deus. Esta linha de pensamento perdurou até o século XVI, quando os filósofos começaram a esboçar a teoria do contrato social. Na verdade, a mudança foi apenas na justificativa, já que o poder monárquico se manteve absoluto.

Nicolau de Maquiavel precedeu os “contratualistas”, ao afirmar que a ordem política não é fruto de uma vontade extraterrena e menos ainda obra do acaso. Segundo ele, a ordem deveria ser construída pelos homens para evitar o caos e a barbárie. (WEFFORT, 2006, p.18) A organização e a segurança só poderiam ser obtidas se todos os homens abrissem mão de suas liberdades naturais e confiassem seus destinos a um soberano, que Maquiavel não via como um ditador, mas como o fundador de um Estado. Na sua obra mais famosa, *O Príncipe*, o autor deixa de lado as idealizações e fala de um Estado possível. Com um pragmatismo assustador para a época, ele admite quaisquer meios para se atingir o fim de manter o Estado em ordem. Por isso, o que se costuma considerar vício pode ser virtude – e vice-versa. Nas palavras de Maquiavel, o Príncipe “não deverá cessar de incorrer na infâmia daqueles vícios sem os quais dificilmente poderia salvaguardar o Estado,

porquanto, considerando-se tudo atentamente, encontraremos algumas coisas que afiguram virtude e cuja observância traria a sua ruína, bem como outras que afiguram vícios e cuja prática lhe conferiria segurança e aprazimento” (MAQUIAVEL, 2008, p. 74)

Um século mais tarde, Thomas Hobbes aprimorou a teoria do contrato social, com o seu clássico *Leviatã*. Em linhas gerais, o pensador inglês sustenta que, no estado de natureza, os homens tendem à guerra por desejarem as mesmas coisas e que somente um poder soberano é capaz de mediar esses conflitos de interesses. Ele confere esse poder absoluto ao Estado (*Leviatã*) e não a um príncipe. Mais do que uma organização jurídica, esse Estado precisa ter força coercitiva para garantir o cumprimento das leis estabelecidas.

A única maneira de instituir um poder comum, capaz de defendê-los (os indivíduos) das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um só homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (HOBBS in WEFFORT, 2006, p.62)

Interessa notar que Hobbes também defende que o governante tenha um poder ilimitado. Para o autor do *Leviatã*, ou o poder é absoluto ou os homens continuam em estado de guerra, em meio a poderes que se enfrentam. É neste ponto que seu contemporâneo John Locke diverge profundamente. Na obra *Dois tratados sobre o governo civil*, Locke concorda que os indivíduos precisam de um pacto social para deixar o estado de natureza, mas apresenta como solução um governo civil tripartido em Legislativo, Executivo e Federativo. Para Locke, o Legislativo é o mais importante dos poderes, sendo, por isso, também chamado de Poder Supremo. É o poder que faz as leis e estabelece como a força deve ser usada para preservar a propriedade e a segurança dos membros da comunidade. Os integrantes do Legislativo devem ser eleitos pelo povo, que é o verdadeiro dono do poder.

Esse poder legislativo não é somente o poder supremo da comunidade, mas sagrado e inalterável nas mãos em que a comunidade uma vez o tenha concedido; nem pode qualquer edito quer que seja, concebido por qualquer maneira ou apoiado por qualquer poder que seja, ter a força e a obrigação de uma lei se não tiver sanção do legislativo escolhido e nomeado pelo público. (Ibidem, p. 100)

O Poder Executivo é o responsável por acompanhar a execução das leis e garantir o seu cumprimento. Mais do que isso, Locke atribui ao Executivo o poder de julgar e impor punições. Segundo o filósofo do liberalismo, o Executivo “deve julgar por meio das leis estabelecidas até que ponto se devem castigar as ofensas quando cometidas dentro dos limites da comunidade”. (Ibidem, p.96). Mas Locke ressalva que o Legislativo pode retomar o poder de execução que entregou ao Executivo, caso as leis estejam sendo mal administradas. Havia, por fim, o Poder Federativo, responsável pelas decisões de guerra e paz, pelas ligas e alianças e pelas relações exteriores. Embora admitisse que Federativo e Executivo são poderes distintos, John Locke acreditava que eles deveriam ser exercidos pelas mesmas pessoas, sem que isso representasse um risco à hegemonia do Legislativo.

Interessa observar que John Locke não falava em Judiciário e concedia o poder julgador ao Executivo. A introdução do Poder Judiciário é uma das novidades do francês Charles de Montesquieu<sup>1</sup>. Na extensa obra *O Espírito das Leis*, ele apresenta o modelo clássico da tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário. Para isso, Montesquieu incorpora o Federativo de Locke ao Executivo, mantém o Legislativo como o poder supremo e propõe um Poder Judiciário para verbalizar o que já está definido nas leis.

Esta divisão não significa, no entanto, total independência entre os poderes. Há uma imbricação de funções e uma interdependência entre os poderes. Os legisladores, por exemplo, tem poder para julgar seus pares, em casos de crime político. O Executivo também participa do processo legislativo, através do poder de veto. Ou seja, há uma separação dos poderes, mas eles se interpenetram. Outro mito comumente associado ao *Espírito das Leis* é o da equivalência de forças entre os poderes. Montesquieu diz textualmente que o Judiciário não passa de um poder nulo, pois é somente “a boca que pronuncia a palavra da lei”. Há uma clara hierarquia em que o Legislativo é o poder mais forte, seguido do Executivo e do Judiciário. A correlação desigual de forças é compensada, no entanto, pelo sistema de freios e contrapesos, que estabelece uma série de restrições e limitações, para impedir o abuso de poder. E essa foi a principal inovação de Montesquieu.

---

<sup>1</sup> No capítulo VI, do Livro 11, do *Espírito das Leis*, Montesquieu apresenta o Poder Judiciário como o “poder executivo das coisas que dependem do direito civil”. Em seguida, explica que passará a chamá-lo de “o poder de julgar”. Embora Montesquieu não use expressamente o termo Poder Judiciário, é assim que os autores modernos tratam esse “poder de julgar”, proposto pelo pensador francês. Na verdade, a nomenclatura é o que menos importa. O fundamental é que Montesquieu introduz um poder responsável unicamente por julgar as leis e determinar as punições.



Para constituir um governo moderado, é preciso combinar poderes, regulamentá-los, temperá-los, fazê-los atuar; por assim dizer, lastrear um deles, para pô-lo em condições de resistir ao outro. (...) Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder contenha o poder. (MONTESQUIEU in WEFFORT, 2006, p.160 e 173)

Montesquieu propõe, por exemplo, que o Executivo determine as datas e a duração das reuniões do Parlamento, para impedir um excesso de poder pelo Legislativo. O autor sustenta que o Legislativo seria despótico, se o Executivo não tivesse o direito de lhe refrear as ações. Da mesma forma, Montesquieu diz que o Legislativo tem a faculdade de examinar de que maneira as leis que elaborou têm sido executadas. Ou seja, o Legislativo pode fiscalizar o Executivo. Todas essas concessões e interpenetrações dos poderes têm por escopo impedir que o poder se acumule nas mesmas mãos, o que levaria o Estado à tirania.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo de principais, ou de nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as pendências entre particulares. (Ibidem, p.174)

É importante frisar que a obra de Montesquieu, em que pese o seu caráter renovador, ainda guarda um forte ranço aristocrático. O autor defende o voto a partir de uma renda mínima, o foro privilegiado para os nobres e a supremacia da Câmara dos Lordes sobre a Câmara dos Comuns no esquema bicameral inglês. Quem rompe com essa tradição nobiliárquica é o francês Jean Jacques Rousseau, autor do *Contrato Social* e do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, entre outras obras consagradas. Rousseau avança na proposição de que todo poder emana do povo e que os governantes e legisladores nada mais são do que funcionários da população.

Neste sentido, Rousseau reformula a concepção de liberdade, que os jusnaturalistas, como Hobbes e Locke, consideram que se perde na passagem do estado de natureza para a sociedade. Rousseau vê a questão por um outro prisma. Para ele, obedecer à lei que se prescreve para si mesmo é um ato de liberdade. Ou seja, apesar de ter que seguir um compêndio de regras e determinações, o povo é livre, porque, em última instância, é ele o autor das leis. Mas Rousseau adverte que essa liberdade depende de haver condições de

igualdade e tranquilidade para os cidadãos instituírem seu arcabouço legal. O filósofo iluminista diz que a soberania é inalienável e indivisível. Mas chama a atenção para a falibilidade das decisões do povo.

(...) a vontade geral é sempre certa e tende sempre à utilidade pública; donde não se segue, contudo, que as deliberações do povo tenham sempre a mesma exatidão. Deseja-se sempre o próprio bem, mas nem sempre se sabe onde ele está. Jamais se corrompe o povo, mas freqüentemente o enganam e só então ele parece desejar o que é mau. (ROUSSEAU in WEFFORT, 2006, p. 228)

Rousseau parecia vaticinar os maiores problemas da democracia contemporânea, quais sejam o populismo, a demagogia e a manipulação das massas. Mas, apesar da advertência, não deixava ele de ser um defensor incondicional do povo como soberano. Neste ponto, ele era de tal forma intransigente que pregava a volta à democracia direta dos atenienses e descartava o modelo de representação da monarquia constitucional inglesa. Para ele, o direito ao voto não garante a soberania do povo, porque, uma vez eleitos, os parlamentares passam a defender os interesses próprios.

A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade de forma alguma se representa: ou é ela mesma, ou é outra, não há meio-termo. Desta forma, os deputados do povo não são, nem podem ser, seus representantes; não passam de seus comissários, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar e, em absoluto, não é lei. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois o é somente durante a eleição dos membros do parlamento; logo que estes são eleitos, ele é escravo, não é nada. (Ibidem, p.235)

Caberia aos teóricos da independência dos Estados Unidos da América a defesa da república representativa. Boa parte da fundamentação do modelo político americano está expressa na obra conhecida como *O Federalista*, um conjunto de artigos de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. No artigo 10, Madison aponta as vantagens da representatividade sobre a democracia pura. Segundo ele, na república representativa, as funções de governo são delegadas a um menor número de cidadãos, preferencialmente os mais aptos para o cargo. Esta transferência de poder aos eleitos, segundo o teórico americano, permite “aperfeiçoar e alargar os pontos de vista da população, filtrando-os através de um selecionado grupo de cidadãos, cujo saber poderá melhor discernir os

verdadeiros interesses de seu país e cujo patriotismo e amor à justiça dificilmente serão sacrificados por considerações temporárias ou parciais”. (MADISON in WEFFORT, 2006, p.266) Além disso, a representatividade aumenta a área e o número de cidadãos sob a jurisdição de um único governo, enquanto na democracia direta há uma limitação física para que todos os cidadãos participem das assembleias.

Madison sustenta que se deve encontrar um número ideal de deputados que garanta a representação de todos os segmentos populares, sem que se deixe de lado a discussão sobre os temas de interesse nacional. Nas palavras dele, “há um meio-termo, aquém e além do qual se situam os inconvenientes. Aumentando em demasia o número de eleitores (por deputado), o representante ficará muito pouco familiarizado com as condições locais e com os interesses menos importantes; reduzindo-se demais aquele número, tais condições e interesses passarão a exercer descabida influência sobre o representante, impedindo-o de avaliar e defender os grandes objetivos nacionais”. (Ibidem, p.267)

Mais do que viabilizar o sistema representativo, a Constituição americana consolidou a separação dos poderes nos moldes que perduram até hoje. No artigo 9 de *O Federalista*, Alexander Hamilton destaca que seriam necessários diversos mecanismos de controle de poder para garantir o sucesso das repúblicas. Ele cita a distribuição equilibrada de poderes entre os diferentes departamentos, a adoção do sistema de controle do legislativo, a instituição dos tribunais integrados por juízes não sujeitos a demissão sem justa causa e a representação do povo no legislativo por deputados eleitos diretamente como medidas que oferecem a cura para os males inerentes à democracia. (HAMILTON in WEFFORT, 2006, p.261)

Seguindo a trilha aberta por Rousseau, os teóricos americanos alertam para a necessidade de se fiscalizar continuamente o trabalho dos indivíduos aos quais o povo transferiu o poder de governar. Mais do que isso, eles defendem que cada poder tenha instrumentos suficientes para impedir a intromissão do outro. Somente o sistema de freios e contrapesos, concebido por Montesquieu, aliado à vigilância da sociedade seriam capazes de impedir a concentração de poder em poucas mãos. James Madison alega que se deve envidar todo o esforço possível neste sentido, afinal os governos nada mais são do que reflexo da natureza humana – e esta nem sempre prima pelo bem coletivo.

Se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governo. Se os homens fossem governados por anjos, dispensar-se-iam os controles internos e externos do governo. Ao constituir-se um governo – integrado por homens que terão autoridade sobre outros homens -, a grande dificuldade está em que se deve, primeiro, habilitar o governante a controlar o governado e, depois, obrigá-lo a controlar-se a si mesmo. A dependência em relação ao povo é, sem dúvida, o principal controle sobre o governo, mas a experiência nos ensinou que há necessidade de precauções suplementares. (MADISON in WEFFORT, 2006, p.273)

O breve histórico da Teoria dos Três Poderes enceta duas observações indispensáveis. Em primeiro lugar, é importante que se desmistifique a idéia da separação e independência dos poderes. Como se verificou, há uma imbricação e uma interdependência das funções executiva, legislativa e judiciária. O problema é quando o limite dessa interpenetração é rompido e passa a haver a intromissão de um poder sobre o outro. Para que isso não ocorra – e esta é a segunda observação – faz-se necessário um conjunto de mecanismos, internos e externos, de controle de poder. Hodiernamente, um dos principais instrumentos para se manter o equilíbrio entre os poderes é a mídia. Por isso mesmo, muitos estudiosos classificam os veículos de comunicação como o quarto poder.

### 3. O QUARTO PODER

O Brasil já teve um quarto poder oficial, instituído pela Constituição imperial de 1824. No artigo 98, a primeira Carta Magna descrevia o Poder Moderador como a “chave de toda a organização Política, sendo delegado privativamente ao imperador”. Em tese, este quarto poder seria responsável por garantir o equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas, na prática, a divisão era um subterfúgio para assegurar o poder absoluto ao imperador. (SOARES, 2002, p.355) O Poder Moderador persistiu no Brasil até 1889, quando o Império foi derrubado. A Constituição republicana de 1891 estabeleceu a tríade institucional básica - Executivo, Legislativo e Judiciário -, que perdura até os dias atuais.

A instauração da República, ao mesmo tempo em que eliminou o Poder absoluto do imperador, deflagrou uma série de mudanças nas instituições sociais de então. E a imprensa não ficou de fora da renovação. Os ares republicanos – reforçados pelos surtos de industrialização e urbanização – fomentaram a profissionalização dos veículos de comunicação. De meras vitrines da corte imperial, os jornais passaram a diversificar sua área de atuação e buscar um público cada vez mais heterogêneo. (SODRÉ, 1999) Ainda na primeira metade do século passado, os periódicos se consolidaram como principal fonte de informação da nova elite urbana.

No decorrer do século XX os meios de comunicação se revelaram um ator político de grande envergadura, seja por conta da autonomia discursiva seja por sua legitimidade e capacidade de intermediação do discurso dos demais atores políticos. Tornaram-se instituições vigorosas que produzem realidades simbólicas de grande alcance junto aos indivíduos e em freqüente disputa e interação com outros intérpretes da realidade. (BEZERRA, 2005, p.1)

O advento da televisão e, recentemente, a explosão da Internet tornaram os veículos de comunicação ainda mais presentes e influentes na vida política do país. De certa forma, a mídia colocou-se como ponte entre o Estado e os indivíduos, entre o público e o privado.

A mídia tornou-se o principal instrumento de prestação de contas dos políticos e dos governos. Governantes, da mesma forma que líderes sociais e políticos, são cobrados e chamados a prestar contas de seus atos por meio das pesquisas de opinião, do noticiário e das reportagens dos meios de comunicação de massa. Os

canais tradicionais de mediação entre a sociedade e o governo, tais como os partidos e as redes de entidades sociais representativas, perderam espaço para a mídia. Por conta deste fato, a política tornou-se dependente da mídia. Os políticos tornaram-se mais dependentes da mídia para a sua sobrevivência. Em todas as democracias contemporâneas, a carreira e a sobrevivência de líderes sociais e políticos ficaram, em certa medida, dependentes de sua capacidade de tornarem mensagens e apelos políticos atraentes na linguagem da mídia. (FIGUEIREDO, 2000, p.40).

Em paralelo ao aumento da influência dos veículos de comunicação, cresceram também os estudos sobre a relação da mídia com os agentes políticos. Um dos mais amplos trabalhos nessa área foi desenvolvido por Daniel Hallin e Paolo Mancini, no livro “Comparing Media Systems”, de 2004. Eles analisaram o sistema midiático de países da América do Norte e da Europa, com base em quatro vertentes: o nível de desenvolvimento do mercado de mídia nestes países; a influência dos veículos de comunicação na política (“grau de paralelismo”); o nível de profissionalismo no jornalismo; e o grau de intervenção do Estado sobre os meios de comunicação. A partir destes critérios, Hallin e Mancini identificaram três modelos de sistemas midiáticos: o Liberal, o Democrático Corporativista e o Pluralista Polarizado.

Em linhas gerais, o modelo Liberal tem uma tradição fundamentalmente comercial e é encontrado nos países anglofônicos (Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Irlanda). O modelo Democrático Corporativista é característico dos países da Europa central e setentrional e se define pela presença do Estado nos meios e comunicação, alta circulação dos jornais e forte atuação sindical na área do jornalismo. Por fim, o modelo Pluralista Polarizado encontra-se nos países mediterrâneos e se define pela baixa circulação de jornais (restritos à elite), forte politização dos veículos de comunicação e tradição de intervenção do Estado na mídia.

Os autores sugerem que os três modelos podem ser adaptados em escala global, para dar conta do sistema midiático dos países não considerados na pesquisa. Segundo eles, a América Latina, por exemplo, se aproxima do modelo Pluralista Polarizado. (HALLIN e MANCINI, 2004, p.306) Mas eles advertem que talvez seja necessário construir novos modelos, a partir dos três já concebidos, para considerar as particularidades de cada sistema midiático. Foi nessa linha que o pesquisador Afonso de Albuquerque, da Universidade

Federal Fluminense, desenvolveu um novo modelo comparativo de sistemas midiáticos, para incluir o Brasil na pesquisa. Segundo ele, os modelos propostos por Hallin e Mancini – a despeito do inegável mérito - não são suficientes para exprimir a complexidade do sistema midiático brasileiro.

As limitações do modelo “Pluralista Polarizado” para dar conta das características do sistema midiático brasileiro são bastante evidentes. Entendê-lo sob uma perspectiva comparativa exige operações mais complexas do que simplesmente encaixá-lo em uma dos três grandes modelos propostos por Hallin e Mancini. O sistema midiático brasileiro não pode ser explicado como um exemplo de algum destes modelos em particular ou como uma combinação das características de dois ou de todos eles; ele possui características próprias, irreduzíveis aos modelos apresentados em *Comparing Media System*. (ALBUQUERQUE, 2008, p.8)

Em seu estudo, Albuquerque priorizou a análise da relação entre os veículos de comunicação e as forças políticas do país, que Hallin e Mancini chamam de grau de paralelismo político. Albuquerque levou em conta dois critérios básicos: a força dos partidos políticos (sistema partidário forte ou fraco) e o grau de intervenção da mídia nos assuntos políticos (mídia politicamente ativa ou passiva). Do cruzamento desses dois critérios, resultam quatro sistemas político-midiáticos (três equivalentes aos de Hallin e Mancini e um novo, no qual se encaixa o Brasil).

Segundo Albuquerque, a combinação de sistema partidário forte e mídia politicamente ativa equivale ao modelo “pluralista polarizado”. No caso de partidos fortes e mídia passiva, a correlação é com o modelo “democrático corporativista”. Quando os partidos e a mídia são fracos, o pesquisador identifica as mesmas características do modelo liberal. Resta a combinação de um sistema partidário fraco com uma mídia politicamente ativa, que é o cenário no qual Albuquerque enquadra o Brasil. Ele usa a expressão “Poder Moderador” para designar esse modelo, já que os veículos de comunicação atuam no vácuo deixado pelos partidos políticos. Ou seja, segundo Albuquerque, em países como o Brasil, a mídia atua literalmente como um quarto poder.

Dado que os partidos são pouco enraizados na sociedade, outros agentes tendem a reivindicar este papel. Uma solução clássica aponta para o fortalecimento do poder executivo, seja por uma via carismática – a aposta na personalidade

extraordinária do líder como solução para superar os impasses das instituições políticas – ou institucional – através da criação de mecanismos que, em nome da governabilidade, permitam a ele atuar com a maior autonomia possível em relação aos demais poderes. Outra via de solução aponta para o ideal de um agente especializado na tarefa de *vigiar e corrigir* as ações dos demais. No Brasil, este ideal freqüentemente se estruturou em torno de um formato muito particular de “Quarto Poder”, cujo modelo primordial foi o “Poder Moderador” do período imperial. É neste contexto que se pode entender o caráter politicamente ativo da mídia: desde o final do regime militar, os meios de comunicação têm chamado para si a responsabilidade de desempenhar este papel. Tal como ocorre no modelo do Pluralismo Polarizado, a mídia percebe o seu papel político como sendo eminentemente ativo; diferentemente dele, porém, ela exerce este papel de maneira autônoma em relação aos partidos políticos. (ALBUQUERQUE, 2008, p.14)

Para muitos autores, a influência dos veículos de comunicação na esfera política é tão grande que eles podem ser considerados um quarto poder informal. Um episódio sistematicamente citado é a eleição do presidente Fernando Collor, em 1989. Muitos sustentam que o ex-governador de Alagoas jamais teria chegado ao Palácio do Planalto sem o apoio das grandes empresas de comunicação, em especial das Organizações Globo. Segundo Fernando Lattman-Weltman, os setores conservadores e a imprensa apoiaram Collor por receio de uma vitória da esquerda, que tinha em Lula e Brizola seus principais candidatos. O cientista político ressalta que essas mesmas forças políticas lideraram o processo de impeachment de Collor, quando perceberam que tinham feito a escolha errada.

Estes processos plenos de nuances e contradições, protagonizados pelos modernos meios de comunicação de massa, conduziram à conformação, imediatamente antes e durante a campanha de 89, de uma determinada economia simbólica que se tornou propícia à aventura política de Collor de Mello. (...) Sob o empuxe de mais uma surpreendente e poderosa mobilização popular, um presidente da República, eleito pelo voto direto, foi deposto. Sem golpe, sem ruptura institucional. Desta vez, porém, a mídia se colocou à frente do processo e, a rigor, o conduziu, sob a forma de um enredo novelesco que, catarticamente, reconciliou a Nação afrontada com seus princípios morais ideais. (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p.7)

Uma mídia que elege e derruba presidente tem, sem sombra de dúvidas, um enorme poder político. Nesse aspecto, os cientistas políticos parecem concordar. As divergências surgem quando se questiona o uso que os veículos de comunicação fazem dessa estupenda força política de que dispõem. Em verdade, essa discussão extrapola as fronteiras do Brasil



e vem sendo travada pelos principais filósofos contemporâneos. Umberto Eco foi quem melhor descreveu esse embate, ao dividir os teóricos da comunicação em apocalípticos e integrados (ECO, 2006).

Esse antagonismo também pode ser verificado nas linhas de estudo sobre o desencanto com a política. Enquanto parte da academia acusa a mídia de idiotizar o público e esvaziar o debate político, outra vertente enaltece os meios de comunicação, por terem aberto os olhos do povo para os engodos perpetrados pela elite política. Esses vieses conflitantes foram bem captados pelo cientista político Luís Felipe Miguel, no artigo “A mídia e o declínio da confiança na política”.<sup>2</sup> O autor apresenta as três explicações mais recorrentes para o desinteresse pela política e destaca os diferentes papéis que a mídia assume em cada hipótese.

Na primeira hipótese, conhecida como “espiral do cinismo”<sup>3</sup>, a mídia é criticada por difundir uma imagem sempre negativa dos políticos. Do questionamento saudável e inerente à profissão, os jornalistas teriam passado a enxergar motivações escusas em todos os atos políticos. Esta desconfiança crônica da imprensa teria contaminado o público e, conseqüentemente, desmotivado os políticos.

Assim, (...) é a mídia quem impulsiona uma postura cínica do público, que passa a acreditar que os políticos são necessariamente falsos e incapazes de pensar no bem comum. E os políticos parecem, no relato de Cappella e Jamieson, ocupar a última posição na espiral. O ônus de buscar o benefício público, em vez da vantagem pessoal, não seria contrabalançado por nenhuma recompensa simbólica, já que a sociedade se recusa a reconhecer qualquer diferencial. Os políticos, assim, se veriam constrangidos a assumir o comportamento cínico, ainda que não o desejem, como estratégia de adaptação a uma expectativa social generalizada. (MIGUEL, 2007, p.7)

A segunda hipótese defende – numa linha diametralmente oposta à primeira – que os veículos de comunicação despertaram o espírito crítico dos cidadãos, ao municiá-los de informações sobre as falcatruas que sempre grassaram no terreno político (mas que nem sempre foram percebidas). Por essa ótica, a mídia cumpriria uma importante função social,

---

<sup>2</sup> Artigo apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do 16º encontro da Compós, realizado em junho de 2007, em Curitiba.

<sup>3</sup> O termo foi cunhado por Joseph Cappella e Kathleen Hall Jamieson, no livro “Spiral of cynicism: the press and the public good”, Oxford Press University, 1997.

como provedora de conhecimento e fiscal das atividades políticas. Ou seja, na primeira hipótese, os políticos de hoje são tão bons quanto sempre foram, mas a mídia passou a deturpar a imagem deles. E na segunda hipótese, os políticos sempre foram corruptos, mas só agora a mídia abriu os olhos da população para esse fato.

Há ainda uma terceira vertente, que considera que houve uma desqualificação dos políticos com o passar das décadas. Dentro dessa linha, há uma bifurcação entre os que acreditam que os veículos de comunicação simplesmente refletiram a decadência política e os que atribuem à mídia parte da culpa pelo declínio. Nesta última trincheira, estão críticos como Giovanni Sartori<sup>4</sup> e Martin Wattenberg<sup>5</sup>. Para eles, os veículos de comunicação (notadamente a televisão) alienam o público com uma programação vazia, forçam os governantes a tomarem decisões açodadas, promovem o personalismo em detrimento do idealismo, e acabam por desqualificar o debate político.

Em suma, os meios de comunicação – em particular, a televisão – reduziriam a capacidade cognitiva do eleitorado, ao mesmo tempo em que o fariam imaginar que possuiria mais informação sobre a vida política, levando a piores escolhas; enfraqueceriam os partidos políticos, tornando a política uma disputa entre personalidades; e obrigariam os líderes políticos a apresentar respostas apressadas aos acontecimentos. Desta forma, contribuiriam para a redução na qualidade da tomada de decisões. (MIGUEL, 2007, p.13)

Luís Felipe Miguel não se alinha a nenhum desses discursos. Segundo ele, “as hipóteses do determinismo tecnológico (a causa da decadência política é o surgimento da televisão) e do ‘espelho do real’ (a mídia apenas reflete as mudanças na política) são, ambas, simplistas e insuficientes”. (Ibidem, p.14) Miguel salienta que há uma série de outros fatores conjunturais – alheios ao controle da mídia – que contribuiriam para o esvaziamento da política.

De toda essa discussão, duas observações interessam diretamente a esta dissertação. A primeira é o consenso acadêmico de que a mídia definitivamente influencia e interfere nas decisões políticas (em que grau e com que motivações são questões que este trabalho não pretende responder). E a segunda percepção diz respeito à relação de mão-dupla entre os meios de comunicação e os políticos. A mídia não é somente o retrato passivo dos

---

<sup>4</sup> *Homo videns: la sociedad telediriga*. Buenos Aires: Taurus, 1998.

<sup>5</sup> *The decline of American political parties, 1952-1996*. Cambridge: Harvard University Press. 1998.

acontecimentos políticos. Também ela pressiona e interfere na tomada de decisões. Por outro lado, os políticos não são meros fantoches que seguem a agenda imposta pela imprensa. Os políticos são influenciados, mas também influenciam os veículos de comunicação. Dos dois lados há autonomia e interdependência. Como bem destaca Heloísa Bezerra, “mídia e política são arenas de poder independentes, mas com intersecções necessárias por força das características das atividades que lhes dizem respeito, cujo imperativo denomina-se credibilidade”. (BEZERRA, 2005, p.9)

## **4.OS TRÊS PODERES EM NÚMEROS**

A idéia de que a mídia pode se portar como um quarto poder é muito mais uma percepção acadêmica (baseada em eventos, relatos e análises subjetivas) do que fruto de um estudo de caráter rigorosamente científico. Em verdade, não se desenvolveu, ainda, na ciência política, uma metodologia capaz de mensurar a influência da mídia nos eventos políticos cotidianos. Há diversas análises quantitativas sobre o reflexo da cobertura jornalística no desempenho eleitoral de candidatos. Mas, fora do período eleitoral, não é possível quantificar o nível de influência política de um ou outro veículo de comunicação.

É mister esclarecer que o trabalho em tela não tem a pretensão de criar uma metodologia que supra esta lacuna, mesmo porque o foco do presente estudo não é a atuação da mídia como quarto poder e sim o espaço concedido pela imprensa (especificamente o jornal O Globo) a cada um dos poderes, ao longo dos últimos 40 anos. Ou seja, o que está em pauta é a relação do principal jornal do Rio de Janeiro com Executivo, Legislativo e Judiciário. Em outras palavras, pretende-se investigar, em cada ano pesquisado, qual dos poderes teve mais destaque em O Globo e por quê. Também se almeja confrontar os níveis de exposição dos poderes ao longo do tempo, para entender as mudanças pelas quais passaram O Globo, como representante significativo da imprensa, e a própria estrutura de poder no Brasil.

### **4.1. Metodologia**

A análise da cobertura dos três poderes pela mídia tem diversos caminhos possíveis. Neste trabalho, optou-se por limitar o objeto de pesquisa ao jornal O Globo, que é o principal periódico diário do Rio de Janeiro. O recorte de tempo foi delimitado aos anos de 1968, 1978, 1988, 1998 e 2008. E a análise foi feita qualitativa e quantitativamente. Espera-se, através dos dados colhidos, retratar estatisticamente o espaço reservado pelo jornal O Globo aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao longo dos últimos 40 anos. Outrossim, pretende-se, na parte qualitativa, discutir a conjuntura de cada ano pesquisado, a fim de contextualizar os resultados obtidos.

A pesquisa em tela restringiu-se às matérias de interesse nacional, excluindo-se, assim, notícias referentes ao estado e ao município do Rio de Janeiro. Por conseguinte, só foram considerados neste estudo os órgãos federais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e seus respectivos membros. A definição do que sejam estes órgãos federais consta da Constituição Federal, no título IV (Da Organização dos Poderes), capítulos 1 (Do Poder Legislativo), 2 (Do Poder Executivo) e 3 (Do Poder Judiciário).

De acordo com a Carta Magna, “o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal” (art. 44). “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado” (art. 76). O Poder Judiciário tem estrutura um pouco mais complexa, mas nesta análise só foram levados em conta os órgãos de abrangência nacional, quais sejam Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Superior Tribunal Militar (STM) (art.92)<sup>6</sup>. Assim, toda matéria que dissesse respeito a uma destas instituições ou a um de seus membros foi computada nesta análise. Por outro lado, notícias referentes a prefeitos, governadores, câmaras municipais, assembleias legislativas, tribunais estaduais e varas regionais foram ignoradas.

Não se levou em conta tamanho da reportagem (centimetragem); presença de fotografia, gráficos ou boxes explicativos; posição na página (alto ou pé ; direita ou esquerda) e colocação no jornal (página ímpar ou par; abrindo ou fechando a editoria). Por mais relevantes que estes aspectos sejam, eles tornariam a análise demasiado complexa, em razão do longo período abrangido pela pesquisa. Portanto, toda e qualquer matéria referente a um dos poderes teve o mesmo peso, fosse uma nota de canto de página ou uma reportagem de destaque.<sup>7</sup>

Neste trabalho, também não se considerou a “valência” da matéria, ou seja, se ela é positiva, negativa ou neutra. Este termo é empregado pelo Laboratório de Pesquisas em

---

<sup>6</sup> Não foram considerados, por não fazerem parte da estrutura do Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público, a Advocacia Geral da União e a Defensoria Pública. O critério utilizado para definir os órgãos contabilizados nesta análise foi tão somente o que a Constituição classifica como Poder Judiciário.

<sup>7</sup> A análise detalhada, que leva em conta tamanho da matéria, composição gráfica, localização na página e no jornal, é mais comum em trabalhos cujo período pesquisado é curto. Nas análises de períodos longos, como esta, costuma-se optar pela coleta simplificada dos dados, porque a amplitude do material recolhido mitiga possíveis distorções.

Comunicação Política e Opinião Pública do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Doxa-Iuperj), para analisar a cobertura que os candidatos recebem dos grandes jornais, às vésperas das eleições. O instituto classifica como positiva, negativa ou neutra as matérias que, respectivamente, contribuam, prejudiquem ou sejam indiferentes à campanha de um determinado candidato. Este tipo de metodologia é largamente empregado em pesquisas sobre pessoas (especialmente políticos), mas não funciona tão bem com instituições. No caso, por exemplo, de a Corregedoria da Câmara abrir um processo para investigar um deputado envolvido em alguma irregularidade, a matéria é tanto positiva (para o corregedor) quanto negativa (para o investigado). Para o Legislativo, seria uma escolha subjetiva, afinal pode-se entender que a Câmara está cortando na própria carne (o que seria positivo) ou que se trata de mais um caso de corrupção numa Casa marcada pelas irregularidades (uma visão negativa).

Há também casos em que a reportagem tem um tom de crítica, mas a notícia é favorável do ponto de vista do Governo. Um bom exemplo são os aumentos do salário mínimo ou os reajustes de determinadas categorias. Normalmente, O Globo chama a atenção para o impacto do custo adicional no Orçamento e insinua que o Executivo deveria cortar gastos e não contrair novas despesas. Mas o jornal não deixa de dar a notícia do aumento, que agrada ao enorme contingente de trabalhadores vinculados ao mínimo. Ou seja, do ponto de vista editorial, a notícia pode até ser negativa, mas para muitos dos que lêem, a reportagem é extremamente positiva. Por conta dessas nuances interpretativas, optou-se por coletar os dados de maneira absolutamente binária: ou a matéria faz referência a um dos poderes ou não faz. Não importa o tamanho da matéria, a posição no jornal ou se é boa ou ruim para o poder em questão.

Entendeu-se por matéria toda reportagem definida por título e separada das demais por fios, boxes ou pela própria massa de texto. Muitas vezes, uma página abarcava mais de uma matéria sobre o mesmo assunto. Neste caso, as notícias foram consideradas separadamente, porque elas assim foram concebidas na diagramação do jornal. Se o editor as considerasse uma só notícia, as teria colocado sob o mesmo título. Não foram computados na parte quantitativa da pesquisa artigos, cartas dos leitores, informes publicitários e editoriais (estes últimos, no entanto, foram extensamente abordados na

análise qualitativa). Ou seja, somente os textos produzidos pelos repórteres do jornal O Globo foram levados em consideração no levantamento quantitativo.

Também se fazem necessárias algumas ressalvas quanto ao período pesquisado. Não seria possível analisar as edições de todos os dias de cada um dos cinco anos escolhidos (1968, 1978, 1988, 1998 e 2008), por falta de tempo e recursos humanos. A pesquisa nos microfilmes e originais da Biblioteca Nacional exige um trabalho cuidadoso e minucioso. Seria preciso um período muito mais extenso do que seis meses (ou uma equipe maior do que um único pesquisador) para dar conta de quase duas mil edições de O Globo. Dada essa impossibilidade, optou-se por investigar apenas o mês de março de cada um dos cinco anos escolhidos.

Março foi o mês escolhido porque é o período do ano em que os três poderes começam a funcionar normalmente. Janeiro e fevereiro são meses de recesso para Legislativo e Judiciário. Não seria justo fazer comparações quando um poder está em pleno ofício e os outros estão de férias. Ademais, nos anos de disputa eleitoral (1978, 1998 e 2008) março é o mês mais distante (à exceção de janeiro e fevereiro, que já estavam descartados) da votação e, portanto, o menos contaminado pelo clima de campanha. É bom lembrar que quanto mais perto do pleito, mais os jornais noticiam a agenda dos candidatos e menos cobrem as atividades rotineiras do Legislativo (até porque o Congresso praticamente pára às vésperas das eleições). Como o objetivo da pesquisa era captar a cobertura das atividades cotidianas dos três poderes, considerou-se março o mês mais adequado.

É fundamental ressaltar que o quadro obtido diz respeito apenas aos meses de março dos anos pesquisados e não aos anos por inteiro. Embora a generalização seja tentadora, este procedimento seria cientificamente inadequado. Afinal, cada mês é um mês. Março de 1968, por exemplo, não é um retrato de 1968. Em dezembro daquele ano muita coisa mudou. Ainda mais equivocado seria fazer uma comparação de décadas, com base na pesquisa de um único mês. Março de 1978 não representa a totalidade da década de 70.

Como se verá na análise qualitativa, os meses de março não podem ser tomados como espelho do ano em que estão inseridos, mas são uma riquíssima representação de cada período. Até porque, salvo alguma ruptura na ordem constitucional, como o Golpe de 64 ou o AI-5, a linha editorial de um jornal e o equilíbrio de forças entre os poderes não

mudam da noite para o dia. Ou seja, a cobertura dos três poderes ao longo dos meses (em períodos de estabilidade política) tende a variar de maneira gradativa e não aos sobressaltos. O acompanhamento do primeiro trimestre de 2008 é prova disso (ver anexo 1). Portanto, embora não se possa tomar março como o ano todo, não será incorreto extrair do mês características de um período maior.

Antes de se apresentarem os resultados deste estudo, resta ainda fazer uma última consideração. Quando a pesquisa revela, por exemplo, que o Poder Executivo obteve proporcionalmente mais espaço que os demais poderes, isso não significa necessariamente que o presidente e os ministros trabalharam mais ou melhor do que os parlamentares ou os magistrados. Na linha inversa, também não é possível concluir que o jornal O Globo tenha privilegiado o Executivo em detrimento de Legislativo e Judiciário. O que a pesquisa mostra é que o Executivo teve mais espaço no jornal O Globo do que os outros dois poderes. Essa hipotética preponderância enseja duas linhas explicativas básicas, que não se excluem. O Executivo pode realmente ter tido uma atuação mais destacada ou o jornal fez uma opção editorial de valorizar os feitos do presidente e dos ministros.

Convém ressaltar que O Globo não pode simplesmente fechar os olhos para fatos importantes ou inventar notícias. Como destaca o jornalista e ministro Franklin Martins, “hoje, é praticamente impossível a qualquer órgão de imprensa ignorar um assunto importante ou tratá-lo facciosamente de forma reiterada sem que boa parte da opinião pública se dê conta do que está acontecendo” (MARTINS, 2005, p.25). Por outro lado, há orientações internas que levam o jornal a privilegiar determinadas instituições em detrimento de outras. Assim, o noticiário político sempre reflete um pouco do momento político e um pouco do posicionamento editorial do veículo de comunicação. São estas questões que este trabalho pretende elucidar, através de rigorosa investigação quantitativa e minuciosa análise qualitativa.



## 4.2. Os três poderes em números

Foram analisadas 3.973 matérias da editoria de País<sup>8</sup> de 150 edições do jornal O Globo. Em cada ano, foram pesquisadas todas as 31 edições do mês de março. Em 1968, foram 26 edições, porque O Globo não circulava aos domingos. Do total de reportagens, 1.851 (46%) eram relacionadas a um dos três poderes e, portanto, foram observadas mais detidamente. A pesquisa gerou um banco de dados<sup>9</sup> (quadro 1) que pode se desdobrar em diversos gráficos comparativos.

QUADRO 1 – BANCO DE DADOS

	1968	1978	1988	1998	2008
Total de matérias de País	979	1.081	913	475	525
Dias úteis	26	31	31	31	31
Matérias* / dia	37,7	34,9	29,5	15,3	16,9
Total Executivo	273	183	125	142	146
Executivo / dia	10,5	5,9	4,0	4,6	4,7
Total Legislativo	189	254	238	71	71
Legislativo / dia	7,3	8,2	7,7	2,3	2,3
Total Judiciário	28	46	15	30	40
Judiciário / dia	1,1	1,5	0,5	0,9	1,3
Executivo / total de País	27,9%	16,9%	13,7%	29,9%	27,8%
Legislativo / total de País	19,4%	23,5%	26,1%	14,9%	13,5%
Judiciário / total de País	2,8%	4,3%	1,6%	6,3%	7,6%
Total de matérias políticas**	490	483	378	243	257
Executivo / política	55,7%	37,9%	33,1%	58,4%	56,8%
Legislativo / política	38,6%	52,6%	63%	29,2%	27,6%
Judiciário / política	5,7%	9,5%	3,9%	12,4%	15,6%

\* Matérias da editoria de País.

\*\* Executivo + Legislativo + Judiciário

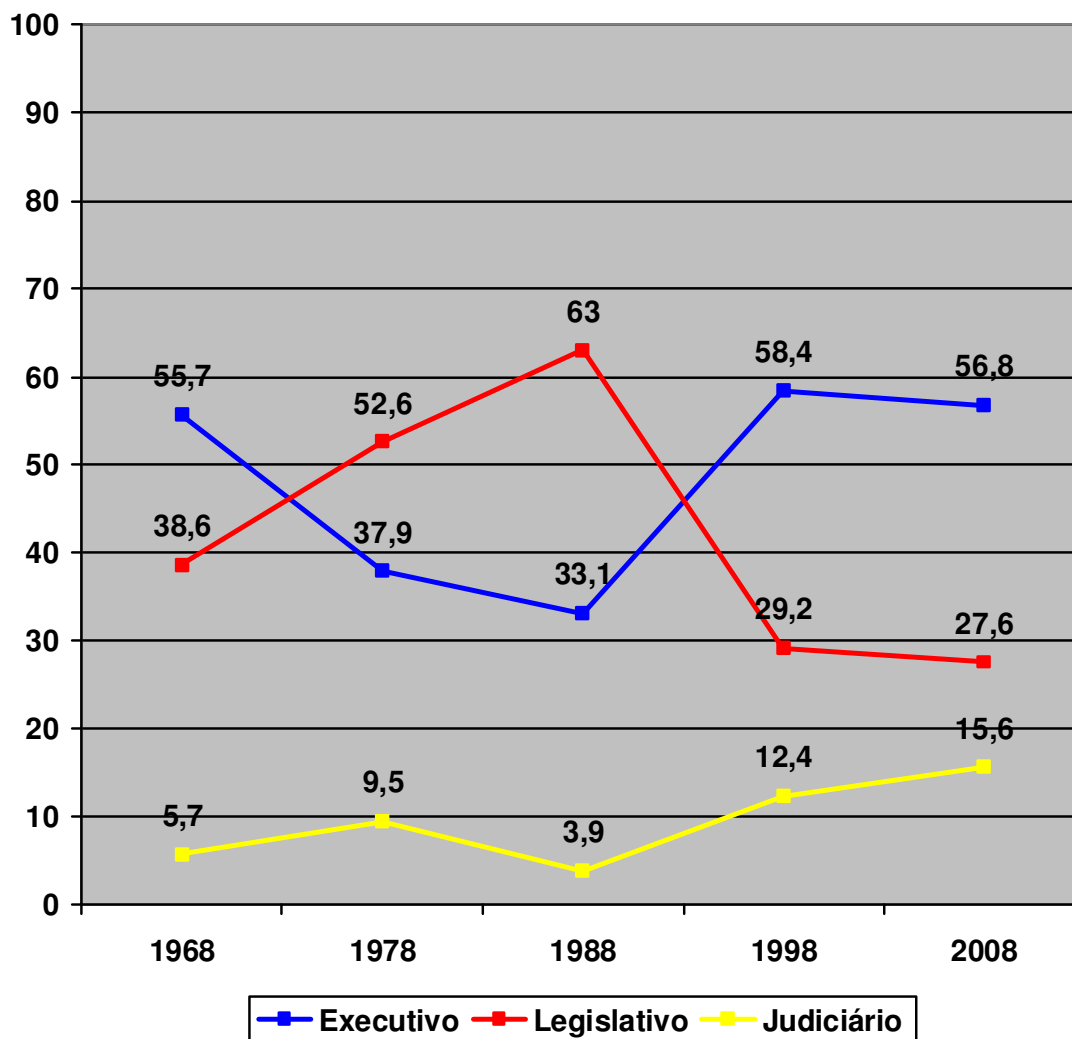
A partir desse conjunto de informações coletadas, se vislumbram diversas análises comparativas. É possível confrontar o total de matérias de Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a média de matérias por dia, a porcentagem de cada poder sobre o

<sup>8</sup> Foram analisadas apenas as matérias da editoria de País. As demais editorias (Economia, Rio, Esporte, Segundo Caderno, Ciência etc) não entraram na pesquisa. No ano de 1968, ainda não havia uma clara divisão do jornal por editorias. Por isso, mais matérias foram analisadas, mas só foram computadas as reportagens de interesse nacional.

<sup>9</sup> Nos anexos, estão as planilhas originais de cada mês, com as informações dia a dia.

total de matérias e a porcentagem de cada um dos poderes em relação ao noticiário político. A comparação mais justa e equilibrada é aquela que não sofre influência das mudanças estruturais do jornal (número de páginas, diagramação, dias de circulação, quantidade de matérias por editoria) ao longo do tempo. Por isso, a melhor opção é considerar tão somente o universo de matérias referentes aos três poderes e confrontar os percentuais do Executivo, Legislativo e Judiciário em relação ao noticiário político. Assim, a representação da cobertura dos três poderes pelo jornal O Globo nos períodos pesquisados está expressa, em valores percentuais, no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DOS PODERES / NOTICIÁRIO POLÍTICO



O gráfico 1 mostra a evolução do espaço reservado a cada um dos poderes (levando-se em conta apenas as matérias referentes aos poderes) nos meses de março dos cinco anos pesquisados. Antes de fazer a leitura do gráfico, compete insistir que os números em tela dizem respeito tão somente aos meses de março dos anos assinalados. As linhas que ligam os pontos, a rigor, não têm a angulação apresentada no gráfico. Se todos os meses e anos tivessem sido pesquisados, a curva teria muitas outras subidas e descidas. O que se quer deixar claro é que a passagem de 1968 para 1978, por exemplo, não se deu com uma inclinação constante como o gráfico apresentado pode fazer crer. Contudo, optou-se por esta disposição gráfica (acompanhada das devidas ressalvas) para facilitar a leitura.

Como se observa, em março de 1968, sob a presidência do general Artur da Costa e Silva, o Poder Executivo concentrou mais da metade das matérias políticas (55,7%). Esta hegemonia não chega a surpreender, já que o Brasil vivia um momento de exceção e os veículos de comunicação estavam sob estrita vigilância do Governo. O Legislativo contava então com 38,6% das matérias políticas, um percentual relativamente alto para um poder que estava manietado. Basta dizer que em 1998 e 2008, sob um regime democrático, os percentuais do Legislativo caíram abaixo dos 30%. Esse espaço considerável de que o Parlamento desfrutava em 1968 reflete a aura de democracia que o Executivo tentava manter até então. Como se verá no próximo capítulo, no início de 1968 o Regime Militar ainda fazia algumas concessões à imprensa e ao Legislativo, impensáveis numa Ditadura linha dura, como a que se instalou a partir de 13 de dezembro daquele ano. Em março, contudo, ainda havia margem para O Globo publicar editorial criticando a política educacional e dar espaço para oposicionistas atacarem o Governo Costa e Silva. Com o noticiário político dividido entre a agenda do presidente e opiniões de congressistas, sobrava pouquíssimo espaço para o Judiciário. Em março de 1968, os magistrados ficaram com apenas 5,7% das matérias, o segundo menor percentual entre todos os anos pesquisados.

Na década seguinte, houve praticamente uma inversão entre Executivo e Legislativo. O primeiro passou de 55% para 38% e o segundo, de 38% para 52%. Os militares ainda detinham o poder, mas o momento era de distensão política. Os veículos de comunicação estavam eufóricos com a fresta de liberdade oferecida, depois de um período de rígida censura. Não foi por outra razão que, em março de 1978, O Globo deu enorme

destaque ao Congresso. O jornal publicou 8,2 matérias sobre o Legislativo por dia, a maior média entre todos os anos pesquisados. Só para se ter uma idéia, em 1998 e 2008, a média diária de matérias sobre o Congresso foi de 2,3. Mas a prevalência do Legislativo não significou a obliteração do Executivo. Em março de 1978, a agenda e os discursos do presidente Ernesto Geisel continuavam sendo publicados na íntegra. Tanto que o jornal ainda reservava 5,9 matérias diárias para o Poder Executivo. O Poder Judiciário conseguiu atingir 1,5 matéria por dia, a maior média entre os anos pesquisados. Mas, proporcionalmente, não passou dos 10% e se manteve bem abaixo dos outros dois poderes.

Em março de 1988, ano da nova Constituição, o Legislativo reinou soberano. O Congresso ficou com nada menos do que 63% das matérias políticas, o maior percentual entre todos os anos pesquisados. Nem o Executivo de 1968 teve tanto destaque. O Globo divulgou cada movimento, cada discurso, cada votação da Assembléia Constituinte. O espaço reservado ao Poder Executivo caiu para o menor nível de todas as décadas, 33,1%. Mas, ainda assim, o presidente Sarney recebeu bastante destaque, especialmente na primeira página e nas matérias sobre economia. Bem diferente do Poder Judiciário, que despencou para irrisórios 3,9%. Foram apenas 15 matérias sobre o Judiciário ao longo de todo o mês de março, uma a cada dois dias.

A recuperação do Judiciário veio em 1998, junto com a queda vertiginosa do Legislativo. O Parlamento saiu dos píncaros da superexposição de 1988 para uma fase de ostracismo e denúncias, que começou nos anos 1990 e se acentuou na década seguinte. Em março de 1998, O Globo destinou apenas 29,2% das matérias ao Legislativo, número que, em 2008, caiu para 27,6%, o menor percentual de todos os anos pesquisados. Alguns pontos percentuais do Legislativo foram tomados pelos magistrados, que assumiram uma postura muito mais pró-ativa nas duas últimas décadas. Assim, o poder Judiciário subiu dos míseros 3,9% de 1988 para 12,4%, em 1998, e chegou a 15,6%, em 2008. Ou seja, em duas décadas, o Judiciário quadruplicou seu espaço proporcional no noticiário político de O Globo.

Enquanto o Legislativo despencava e o Judiciário ensaiava uma recuperação, o Executivo tratou de retomar o pináculo do noticiário político. Do nível mais baixo (33% em 1988), o Executivo saltou, em 1998, para o seu índice mais alto entre todos os anos pesquisados: 58,4%. Como os números mostram, o presidente Fernando Henrique Cardoso

e seus ministros tiveram, proporcionalmente, mais espaço no noticiário político do que as equipes de Artur da Costa e Silva e Ernesto Geisel. Em números absolutos, todavia, os gerais são imbatíveis. O Executivo teve 4,6 matérias por dia em 1998, contra 10,5, em 1968, e 5,9, em 1978. Mas nestes dois últimos anos, o número de matérias referentes ao Legislativo também era muito maior, o que diminuía o peso proporcional do Executivo no noticiário político. Em 2008, sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva, o Executivo sofreu uma ligeira queda para 56,8%, mas se manteve acima dos níveis da Ditadura.

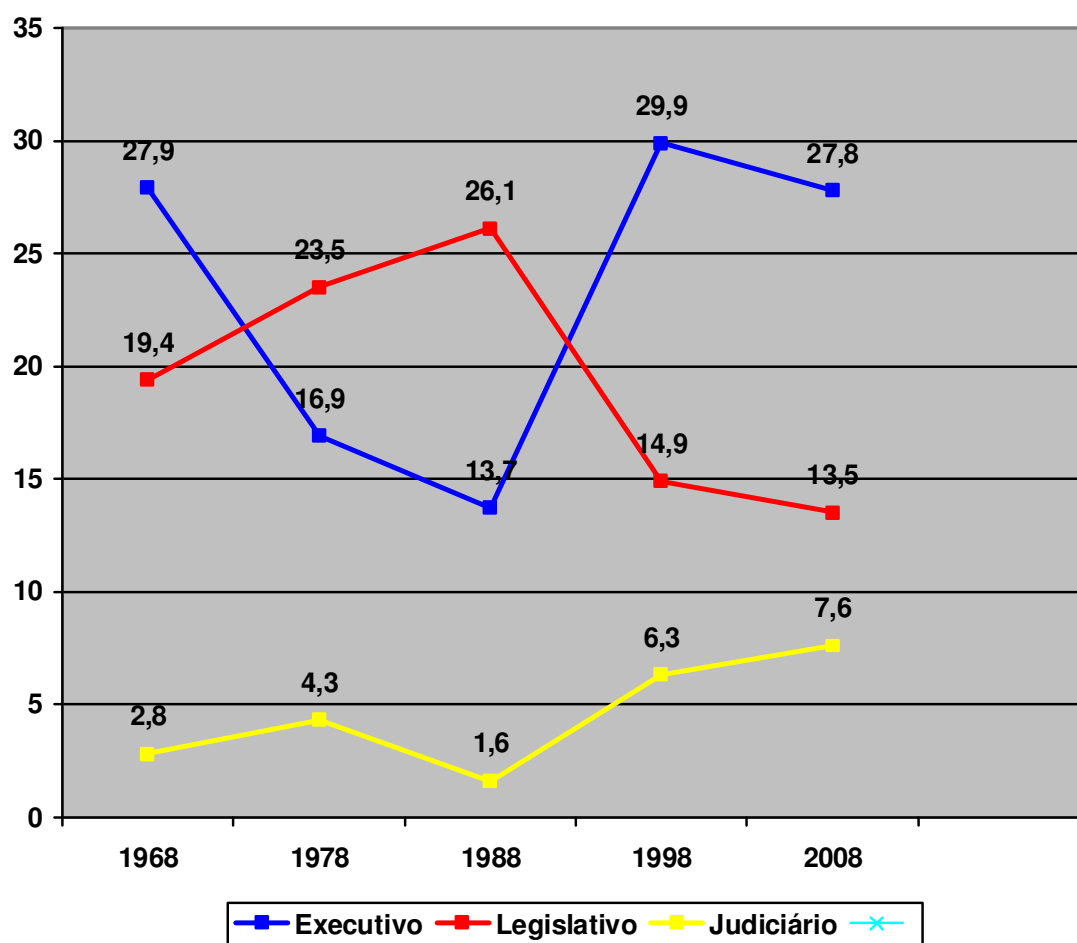
O que também se depreende do gráfico é que, de 1998 para 2008, houve a menor variação entre décadas de toda a série observada. Nos decênios anteriores, as oscilações do Executivo e do Legislativo ficaram entre 10 e 30 pontos percentuais, o que evidencia um significativo rearranjo de forças. Já na passagem de 1998 para 2008, o Executivo caiu apenas 1,6 ponto percentual (p.p.), o Legislativo também perdeu 1,6 p.p. e o Judiciário recuperou esses 3,2 p.p.. São variações muito baixas, que indicam muito mais a continuidade de uma tendência do que uma mudança sistêmica. Ou seja, 1998 e 2008 podem ser tomados em conjunto, como um período em que o Executivo ganhou uma exposição midiática avassaladora; o Legislativo caiu para índices medíocres; e o Judiciário aumentou sua envergadura política e avançou sobre o terreno que antes era restrito aos dois outros poderes.

Observando holisticamente o gráfico 1, percebe-se que o Executivo e o Legislativo se alternam na liderança de exposição e o Judiciário fica sempre como terceira força, bem abaixo dos demais. Interessa notar também que em nenhum ano houve um espaço relativamente equilibrado entre Executivo e Legislativo. O ano que mais se aproximou disso foi 1978, quando o Legislativo ficou 14,7 p.p. acima do Executivo, ainda assim uma distância bem folgada. Nos outros anos, o intervalo da primeira para a segunda força foi ainda maior. Já o Judiciário conseguiu a maior aproximação da segunda força em 2008, quando encurtou a distância (que chegou a 33 p.p. em 1968) para 12 pontos percentuais.

Considerando-se a alternância do Executivo e do Legislativo na predominância do noticiário, é possível dividir o gráfico 1 em três momentos. O primeiro é 1968, quando o Poder Executivo reina absoluto no noticiário, respaldado por cassações de mandato e invasões de redações. O segundo período vai de 1978 a 1988, quando o Legislativo ultrapassa o Executivo na preponderância da cobertura de O Globo. E o terceiro momento

seria a partir de 1998 até os dias de hoje, quando o Executivo, não apenas retoma a liderança, como abre uma vantagem sobre o Legislativo maior do que a verificada na Ditadura. E o mais interessante – ou preocupante – é que essa predominância atual do Executivo não pode ser atribuída a qualquer tipo de cerceamento da liberdade de imprensa, ao contrário de 1968, quando os critérios jornalísticos de noticiabilidade estavam esmagados sob os coturnos dos militares. Se em 1998 e 2008 o Executivo se refestela num pantagruélico banquete de notícias, isso ocorre ou por competência dos presidentes e dos ministros, ou por méritos da assessoria de imprensa, ou por decisão editorial do veículo de comunicação.

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DOS PODERES / TOTAL DE MATÉRIAS DE PAÍS



O gráfico 2 mostra a evolução do percentual de cada poder em relação ao total de matérias da editoria de País. É diferente, pois, do gráfico 1 que considera apenas o noticiário referente aos poderes (que está sendo tratado nesta dissertação como noticiário político). No gráfico 1, a soma dos percentuais de Executivo, Legislativo e Judiciário sempre é igual a 100%, já que estão computadas apenas as matérias pertinentes aos poderes. Já no gráfico 2, a soma dos percentuais do Executivo, Legislativo e Judiciário é igual à porcentagem de matérias políticas em relação ao total de matérias da editoria de País, que normalmente fica em torno de 40%. O gráfico 1 foi utilizado como referência porque ele isola os três poderes do resto do noticiário e faz uma comparação interna entre eles, o que, para os objetivos deste trabalho, era o mais indicado.

De toda forma, a análise do gráfico 2 reforça as conclusões extraídas do gráfico 1. Como se observa, o movimento das curvas é basicamente o mesmo; só muda o valor numérico. Os três momentos supracitados também estão evidenciados no gráfico 2. Em 1968, o Poder Executivo prevalece com quase 28% das matérias do noticiário nacional, enquanto o Legislativo tem apenas 19%. Em 1978, há uma inversão, com o Executivo caindo para 17% e o Legislativo subindo para 23,5%. Na década seguinte, essa diferença se amplia: 26% do Legislativo contra 13% do Executivo. Em 1998, o Executivo arranca para o percentual mais alto de todos os anos: quase 30%. Ou seja, em março de 1998, praticamente uma em cada três matérias da editoria de País<sup>10</sup> do jornal O Globo dizia respeito ao presidente Fernando Henrique ou a um de seus ministros. Já o Legislativo despencou para 14,9% em 1998 e 13,5% em 2008. O gráfico também mostra o percurso do Judiciário que se mantém abaixo dos 5% de 1968 a 1988 e começa a subir em 1998 até chegar a 7,6% das matérias de País em 2008. Como se vê, o caminho dos três poderes é exatamente o mesmo nos gráficos 1 e 2.

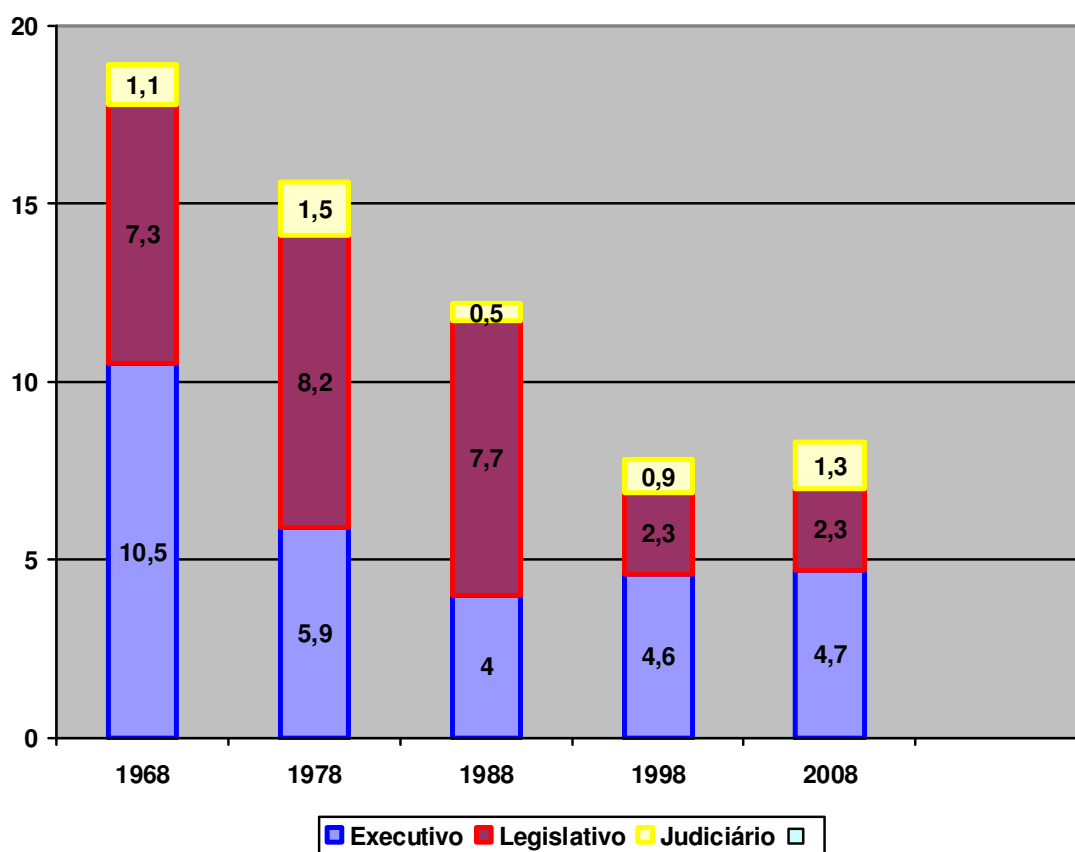
Outra comparação possível é a das médias de notícias diárias de cada poder. Tecnicamente, essa não é uma análise muito adequada, porque, de uma década para a outra, o jornal pode sofrer mudanças estruturais (número de páginas, quantidade de matérias) que comprometem a comparação. Por exemplo, num determinado ano, a média diária do

---

<sup>10</sup> Vale lembrar que a editoria de País engloba as matérias referentes a acidentes, crimes, operações policiais, escândalos, curiosidades e eventos de todos os estados brasileiros à exceção do Rio de Janeiro, que tem uma editoria própria. A bem da verdade, eventualmente as matérias de Rio entram na editoria de País, quando há um interesse nacional. E nesses casos, a matéria foi computada na presente pesquisa.

Executivo pode ser de 10 matérias num total de 100 matérias de País. E na década seguinte, o jornal pode apresentar 5 matérias do Executivo por dia, num total de 10. Na comparação absoluta, a primeira década teria o dobro de matérias do Executivo por dia (10 contra 5). Mas no confronto relativo (que é o mais apropriado), o Executivo teria 10% do noticiário na primeira década contra 50% na segunda. Embora a comparação das médias diárias entre uma década e outra não seja recomendável, o confronto entre as médias diárias dos três poderes dentro de um mesmo ano é viável e bastante ilustrativo. Por essa razão, o gráfico 3 será apresentado com barras e não com pontos interligados.

GRÁFICO 3 – MÉDIA DIÁRIA DAS MATÉRIAS DE CADA PODER



Analisando o gráfico 3, é possível perceber que as duas principais conclusões obtidas com os gráficos anteriores se sustentam: há uma alternância entre Executivo e



Legislativo na predominância do noticiário político; e o Judiciário fica sempre relegado à terceira força. Além de confirmar essas percepções, o gráfico 3 acrescenta algumas constatações interessantes. A primeira delas é o processo de gradual enxugamento do noticiário político entre 1968 e 1998<sup>11</sup>. Ao longo dos anos, o total de matérias foi diminuindo. Se na década de 1960, a opinião de cada líder partidário gerava uma matéria inteira, nas décadas seguintes, as declarações foram sendo condensadas em uma única reportagem. Ademais, as muitas notinhas sobre a agenda do presidente ou os bastidores do Congresso foram se extinguindo do noticiário e ficando cada vez mais restritas às colunas políticas (que não foram computadas nesta pesquisa). Essa mudança de postura dos periódicos foi bem captada pelo jornalista Villas-Bôas Corrêa, que acompanhou o dia-a-dia do Congresso desde a década de 1950.

Hoje se valorizam coisas que não têm importância nenhuma. Naquele tempo as coisas tinham importância? Não sei. Nós achávamos que sim. E havia leitor para aquilo. Aquelas brigas da UDN com o PSD, as crises da UDN etc. eram tratadas como assunto nacional. É que havia a militância pessedista, havia famílias pessedistas, famílias republicanas. Vocês conhecem alguma família pefelista? Conhecem algum militante do PMDB? Sobrou o PT, que está se desagregando. Não adianta cobrir crises nesses partidos, porque eles não têm eleitores, não têm consistência. (CORREA in FERREIRA, 1998, p.53)

Entre os anos pesquisados, a maior média do Executivo foi registrada em 1968, com 10,5 matérias por dia - mais do que o dobro do que os 4,7 de 2008. Mas, naquela época, O Globo publicava 38 matérias por dia na editoria de País e, agora, tem espaço para apenas 17. Outro aspecto do gráfico 3 que vale ressaltar é que 1978 – ainda sob a Ditadura – foi o ano em que o Legislativo obteve a maior média: 8,2 matérias por dia. Também em 1978, o Judiciário teve o maior espaço absoluto: 1,5 matéria por dia. Por fim, é conveniente chamar a atenção para a diminuição da distância entre o Judiciário e o Legislativo, que fica bastante evidente no gráfico 3. Em 1978 e 1988, os congressistas tinham sete matérias a mais que os magistrados diariamente. Em 1998, essa diferença caiu para 1,4, e, em março de 2008, apenas uma matéria por dia separava o Legislativo do Judiciário. A julgar pelo descrédito

---

<sup>11</sup> Na verdade, esse processo de enxugamento não foi exclusivo do noticiário político. No jornal como um todo, os critérios de noticiabilidade ficaram mais rígidos e o número de matérias foi sendo reduzido com o passar dos anos. Essa constatação pode ser verificada no quadro 1.

do Parlamento de um lado e o ritmo intenso de trabalho dos tribunais superiores de outro, não é de se estranhar que essa relação se inverta nos próximos anos.

Como os três gráficos mostram, a análise de um poder isoladamente ao longo do tempo pode sofrer pequenas mudanças de acordo com os critérios escolhidos. Mas a comparação entre os poderes – que é a essência deste trabalho – é basicamente a mesma, sob qualquer base comparativa. Por razões estatísticas elementares, quando um determinado poder lidera o número total de matérias num ano, ele também fica na frente na média de matérias por dia e na porcentagem de matérias em relação ao noticiário político. O importante é observar que as conclusões básicas da pesquisa foram confirmadas pelo cruzamento das três análises e que cada metodologia, separadamente, trouxe à luz dados esclarecedores. As distintas comparações, em verdade, não colidem e sim se complementam.

#### **4.3. A primeira página em foco**

A primeira página do jornal é um resumo da edição do dia. Lá estão os principais assuntos, as melhores fotos e as manchetes mais fortes. Essa é a fonte de informação dos leitores de banca, aqueles que ficam em pé lendo as capas expostas pelos jornaleiros. Mesmo em casa, muita gente, na correria do dia-a-dia, acaba lendo somente a primeira página. E até para quem lê o jornal inteiro, são os assuntos da capa que ficam mais fixados. Afinal, a primeira página é “a expressão imagética que primeiro impacta o leitor”. (FERREIRA, 2003, p.8)

A capa é quase uma edição à parte dos jornais. É lá que as notícias são hierarquizadas e a linha editorial da empresa se revela com mais nitidez. Ali está a definição do que importa, do que é relevante. Uma manchete na capa pode ser mais contundente do que uma matéria enorme dentro do jornal. Muitas vezes, a chamada na primeira página apresenta um tom diferente da matéria dentro do jornal. O texto da capa tem fortes tintas editoriais e a reportagem interna busca uma pretensa isenção. Por tudo isso, este trabalho não poderia ignorar o espaço reservado nas primeiras páginas de O Globo aos três poderes.

Paralelamente à pesquisa do noticiário nacional, foram analisadas as capas das 150 edições de O Globo dos cinco anos pesquisados. A metodologia foi a mesma: contagem simples, sem valoração (positiva ou negativa) e sem preocupação com tamanho da manchete, localização na página ou presença de elementos gráficos. Foram computadas todas as manchetes da primeira página e não apenas as da editoria de País. Esse procedimento se justifica porque, no interior do jornal, cada seção é editada separadamente. As matérias políticas não disputam espaço com notícias de esporte ou economia. Mas na primeira página, todas as notícias competem entre si. Por isso, neste caso, optou-se por levar em conta todas as manchetes da primeira página<sup>12</sup>. Só não foram computadas as chamadas de cadernos especiais ou de cadernos que não são publicados diariamente, como *Ela*, *Carro e Etc*, *Rio Show* e *Prosa e Verso*. As informações coletadas originaram um banco de dados, que está expresso no quadro 2.

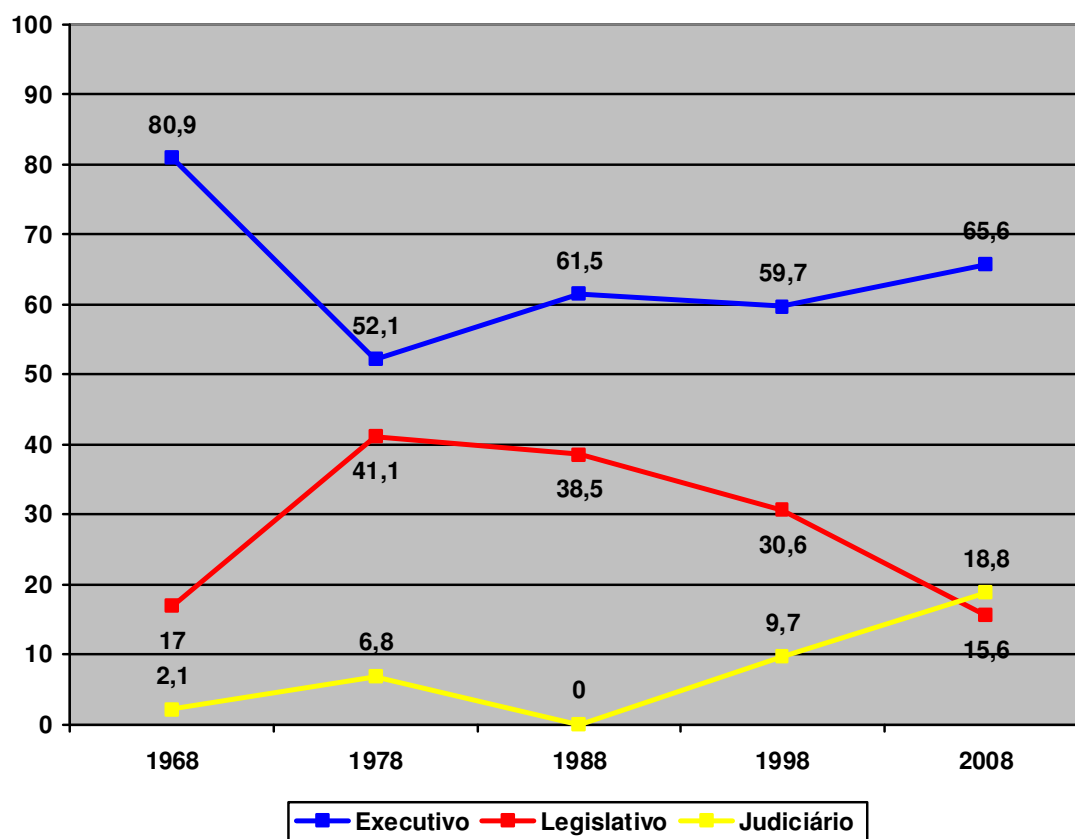
QUADRO 2 – BANCO DE DADOS DAS PRIMEIRAS PÁGINAS

	<b>1968</b>	<b>1978</b>	<b>1988</b>	<b>1998</b>	<b>2008</b>
Total de manchetes	226	357	365	251	292
Dias úteis	26	31	31	31	31
Manchetes / dia	8,7	11,5	11,8	8,1	9,4
Total Executivo	38	38	64	37	42
Executivo / dia	1,5	1,2	2,1	1,2	1,4
Total Legislativo	8	30	40	19	10
Legislativo / dia	0,3	0,9	1,3	0,6	0,3
Total Judiciário	1	5	0	6	12
Judiciário / dia	0,1	0,2	0	0,2	0,4
Executivo / total manchetes	16,8%	10,6%	17,5%	14,7%	14,3%
Legislativo / total manchetes	3,5%	8,4%	10,9%	7,5%	3,4%
Judiciário / total manchetes	0,4%	1,4%	0%	2,3%	4,1%
Total de manchetes políticas	47	73	104	62	64
Executivo / política	80,9%	52,1%	61,5%	59,7%	65,6%
Legislativo / política	17%	41,1%	38,5%	30,6%	15,6%
Judiciário / política	2,1%	6,8%	0%	9,7%	18,8%
Política / total de manchetes	20,8%	20,4%	28,5%	24,7%	21,9%

<sup>12</sup> Em 1998 e 2008, o Globo apresentava chamadas também na página dois. Mas, para uniformizar a pesquisa, só foram computadas as manchetes da primeira página.

Embora não se pretenda esmiuçar o quadro 2, como foi feito com o quadro 1, é interessante extrair algumas observações com base nos dados resultantes da pesquisa nas capas. Em primeiro lugar, vale ressaltar que a média de manchetes por dia não variou tanto quanto o número de matérias diárias. Nos cinco anos pesquisados, a média diária de manchetes ficou sempre entre 8 e 12. Ou seja, embora a diagramação da capa tenha mudado bastante desde 1968, o número de chamadas na primeira página permaneceu no mesmo patamar. Esta constatação torna metodologicamente viável a comparação ano a ano das médias diárias de manchetes do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como das porcentagens de cada poder sobre o total de chamadas ou do percentual de cada poder em relação às manchetes políticas. Optou-se por esta última linha comparativa, pelos motivos já expostos neste capítulo.

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DOS PODERES / MANCHETES POLÍTICAS



O gráfico 4 mostra a porcentagem de manchetes relativas a cada poder ao longo dos anos, quando consideradas apenas as manchetes políticas. Como se percebe, a soma dos percentuais em cada ano será sempre 100%, pois, seguindo a mesma metodologia anteriormente adotada, as manchetes do Executivo, Legislativo e Judiciário foram isoladas para serem comparadas entre si, através de valores proporcionais. O que se constata, de imediato, é que o gráfico 4 é bem diferente do seu equivalente para as matérias internas do jornal (gráfico 1). Enquanto na editoria de País houve uma alternância entre o Executivo e o Legislativo na liderança do espaço político, nas primeiras páginas o Executivo ficou bem à frente em todos os anos pesquisados. A menor distância entre o Executivo e o Legislativo foi registrada em 1978 e ainda assim ficou acima de 10 pontos percentuais (52% a 41%). Mesmo em 1988, ano da Constituinte, o Poder Executivo deixou o Parlamento muito para trás. Embora o jornal O Globo tenha dado um enorme destaque às votações da Constituinte nas páginas de dentro, na capa figurava apenas o assunto mais importante do dia. Por outro lado, quase diariamente, a primeira página reservava uma manchete para uma declaração do presidente José Sarney, além de uma chamada de economia com o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

É interessante observar também que em março de 1988 não houve uma única manchete sobre o Judiciário. Este quadro começou a mudar em 1998, quando os magistrados responderam por 9,7% das manchetes políticas. Em março de 2008, o Judiciário dobrou sua participação relativa na capa, chegando a 18,8% das manchetes políticas, e ultrapassou o Legislativo (15,6%). Note-se que a virada do Judiciário sobre o Legislativo - que tinha sido apontada como uma tendência pela pesquisa nas matérias internas de O Globo - já é uma realidade na primeira página. Nas capas de março de 2008, o Poder Judiciário teve mais espaço do que o Poder Legislativo, apesar de este último ter mais matérias nas páginas de dentro do jornal. De 1998 para 2008, o Legislativo não perdeu espaço apenas para o Judiciário. O Executivo tomou seis pontos percentuais do Congresso e disparou ainda mais na supremacia das manchetes políticas. Em março de 2008, o presidente Lula e seus ministros abocanharam dois terços (65,6%) das manchetes políticas. É um percentual que só perde para os imbatíveis 80,9% de 1968, ano do recrudescimento da Ditadura.

As diferenças entre os gráficos da primeira página e das matérias internas mereceriam um estudo à parte. Por ora, pode-se salientar que a primeira página é a vitrine do jornal e, como tal, recebe uma atenção especial dos editores-chefes. Não são os repórteres que decretam se as matérias vão para a primeira página. Eles têm uma certa autonomia para decidir se uma pauta vale ou não. Mas essa independência acaba quando o assunto é a primeira página. Por isso, a capa é a melhor imagem da linha editorial do jornal, enquanto o noticiário interno é muito mais um processo de construção coletiva, com diferentes vieses e percepções.

Em linhas gerais, o que se depreende dessa breve avaliação, é que, no período pesquisado, os editores-chefes do jornal O Globo deram um peso muito maior ao Poder Executivo na capa do que os repórteres fizeram nas páginas internas. A motivação dessa opção editorial não pode ser extraída dos números pesquisados. Caberia uma análise mais aprofundada sobre o assunto, mas esse não é o escopo da dissertação em tela. O que interessa iluminar, no momento, é que o gráfico 4 deslinda dois fenômenos políticos contemporâneos que serão discutidos a fundo no próximo capítulo, quais sejam o fortalecimento do Poder Executivo em níveis preocupantes para a democracia (“hiperpresidencialismo”) e o avanço do Judiciário sobre o Legislativo (“judicialização da política” ou “politização da Justiça”).

## **5. OS TRÊS PODERES NAS ENTRELINHAS**

Os números obtidos com a pesquisa são bastante eloquentes. Eles mostram o espaço reservado a cada poder ao longo do tempo e descortinam as atuais tendências políticas, no que tange ao equilíbrio de forças entre os poderes. Mas a quantificação, pura e simples, da cobertura dos três poderes, na verdade, traz mais perguntas do que respostas. Como o Legislativo pôde receber uma cobertura maior do que o Executivo em março de 1978, em plena Ditadura? Qual a explicação para a superexposição do Executivo nas primeiras páginas de 1988, enquanto o Legislativo predominava nas páginas internas do jornal? Por que o Executivo atingiu níveis recordes de divulgação em 1998 e 2008? O que levou o Judiciário a avançar sobre o Legislativo nas últimas duas décadas?

São essas questões que este trabalho pretende responder através da análise aprofundada das reportagens e, principalmente, dos editoriais. Talvez não seja possível oferecer respostas exatas para todas as perguntas, mas, com certeza, a contextualização de cada período possibilitará uma reflexão mais consistente sobre os resultados obtidos na pesquisa. Longe de querer postular corolários, esta dissertação almeja fomentar o debate sobre o tema e suscitar estudos vindouros que contribuam para o entendimento da teoria dos três poderes e o aprimoramento da democracia brasileira.

### **5.1. 1968: todo poder ao Executivo**

No ano considerado por muitos historiadores o mais importante do século passado, o Brasil fervilhava e a tensão política era latente. Se 1968 não cabe em si mesmo, menos ainda pode ser reduzido ao mês de março. Mas não deixa de ser março uma interessante representação dos conflitos ideológicos que marcaram 1968 e culminaram no acirramento do embate das forças antagônicas de então. No mês, o ato extremo é o assassinato do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, de 17 anos, no restaurante Calabouço, um reduto de reuniões e manifestações estudantis. No ano, a radicalização se dá na edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), que suspende os direitos individuais e escancara a ditadura, que até então se arvorava em revolução guardiã da democracia. O 28 de março foi

a antevéspera do 13 de dezembro. As reações ao episódio do Calabouço prepararam o terreno para o golpe dentro do golpe.

O episódio do Calabouço, que desencadeou uma série de manifestações de protestos que iriam culminar com a lendária Passeata dos 100 Mil, três meses depois, ficou na História como um marco. Pode-se dizer que tudo começou ali – se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro incidente que sensibilizou a opinião pública para a luta estudantil. Como cingidamente lembrava a direita, “era o cadáver que faltava”. (VENTURA, 1988. p.105)

A cobertura do jornal O Globo em março de 1968 é emblemática das transformações pelas quais o país estava passando e, mais ainda, das dúvidas e contradições que assaltavam uma grande parcela da população, que temia a revolução comunista, mas começava a perceber que a defesa da democracia estava sacrificando a própria democracia. Editorialmente, O Globo estava alinhado com o Regime Militar. Como boa parte dos grandes jornais da época, O Globo fez campanha contra o então presidente João Goulart e apoiou o golpe de 31 de março de 1964. Em março de 1968, O Globo defendia abertamente o Regime Militar e as “conquistas” da Revolução. O editorial de 14 de março, um balanço do primeiro ano de governo do general Artur da Costa e Silva, deixa claro o posicionamento do jornal.

O País está entregue ao trabalho, existe confiança, fundada no futuro próximo; a atividade política exerce-se normalmente; preservadas estão as liberdades democráticas. A imprensa desfruta de plenas garantias para o exercício de sua atividade. Enfim, o compromisso básico da Revolução, aquele assumido com a democracia, está de pé. (O GLOBO, 14/02/1968, p.1)

O afastamento histórico de quatro décadas torna o editorial de O Globo quase cômico. A atividade política era tudo, menos normal. Parlamentares foram sumariamente cassados e partidos políticos, suspensos. Dizer que havia liberdades democráticas e imprensa livre hoje soa como piada. O que sabidamente havia era uma série de restrições individuais, censura e arroubos autoritários a prefaciarem os anos de chumbo. O Correio da Manhã, para citar outro grande jornal fluminense da época, adotava um viés muito mais crítico. Vale relembrar o memorável editorial de 5 de abril de 1968, com o sugestivo título



“Caiu a máscara”, em referência a violência policial contra os cidadãos que protestavam contra a morte do estudante Edson Luis.

O novo Plano Cohen começou a ser escrito ontem nas ruas da Guanabara. A Polícia Militar, respaldada pelo Exército, a Marinha e a Aeronáutica, com a brutalidade de sua ação punitiva, deixou claro que os articuladores do golpe empregavam todos os seus esforços para provocar uma reação popular que lhes servisse aos sinistros desígnios liberticidas. (...) Compreenderam os jovens, compreendeu o povo que estava sendo induzido a servir de pretexto para uma surtida policial-militar visando a justificar a implantação de uma ditadura sem máscaras. (...) Diante de provas tão evidentes, cai a máscara do novo golpe. (CORREIO DA MANHÃ, 5/4/1968)

A despeito de sua resistência em reconhecer que o Brasil vivia sob uma Ditadura, o jornal O Globo não era um diário oficial do Poder Executivo. Rotineiramente, o periódico abria espaço para a oposição contestar, até mesmo de forma incisiva, decisões e atitudes do Governo. Numa reportagem do dia 25 de março, por exemplo, o senador Josafá Marinho (MDB-BA) diz que a Constituição de 1967 foi “imposta por um poder discricionário, sem ideais definidos”. Ainda na reportagem, o senador acrescenta: “A Constituição Brasileira de 1967 participa da índole dos estatutos autômalos. Falta-lhe o espírito republicano e federativo do texto de 1891, o sentido renovador do diploma de 1934 e o caráter de restauração democrática da Carta de 1946”. O mesmo parlamentar já havia ocupado as páginas de O Globo, em 12 de março, para escarnecer da mensagem do presidente Costa e Silva ao Congresso, em que o general diz que “a oposição é necessária para vigiar o Governo”. Para Josafá Marinho, era “simples ficção a mensagem presidencial”.

É inimaginável que um veículo áulico reservasse espaço para um opositorista fazer declarações dessa estirpe. Poder-se-ia alegar que a opinião era do parlamentar e não do jornal (ao contrário da defesa do Governo, que é assumida editorialmente). Mas essa alegação não se sustenta. Em primeiro lugar, é ingênuo supor que não haja parcialidade (ou algum tipo de intencionalidade) do jornal na publicação de uma opinião. Escolhe-se quem fala, os trechos da fala e a ordem em que as declarações vão entrar na reportagem. Isso confere ao veículo de comunicação o poder de dar o peso e o enfoque que quiser para uma determinada declaração. No caso do senador Josafá Marinho, por exemplo, O Globo poderia ter simplesmente ignorado suas opiniões (como diariamente ignora, por falta de

espaço e/ou relevância jornalística, centenas de discursos de congressistas) ou publicado numa notinha de canto de página. Mas O Globo optou por chamar a reportagem no alto da página de Política, um dos espaços mais nobres do jornal. Se o fez é porque achava que a população tinha o direito de saber que um importante nome do Poder Legislativo considerava a Constituição de 1967 uma Carta ilegítima, imposta autoritariamente.

Mas não era somente através das declarações de oposicionistas que O Globo demonstrava insatisfação com determinados aspectos do Governo. Por vezes, o próprio editorial do jornal batia de frente com o Poder Executivo. Em 8 de março, o jornal publicou um editorial intitulado “Presidente Capitulou”, em que criticava duramente a política educacional do marechal Costa e Silva.

Não há mais dúvida. Em matéria de educação, triunfou o imobilismo. O Governo do Presidente Costa e Silva lamentavelmente vai deixar as coisas como estão para ver como ficam. (...) O marechal não se deixou sensibilizar pelo sério debate que se trava no País a respeito das precaríssimas condições em que jaz o sistema educacional brasileiro. (O GLOBO, 8/3/1968, p.1)

Em 20 de março, O Globo manifestou-se contrariamente ao projeto de criação de sublegendas, proposto pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco. A proposta possibilitaria a formação de grupos parlamentares dentro dos partidos de então, a governista Arena e o oposicionista MDB. O Globo já vinha publicando as reações de líderes do MDB à proposta, que, segundo eles, fragmentaria e debilitaria o partido de oposição. Mas a crítica de O Globo era outra. No editorial, O Globo sustentava que a criação das sublegendas poderia enfraquecer o sistema partidário e ameaçar a Revolução. Isso colocaria o país novamente no “caos partidário, um dos responsáveis pela confusão reinante nos tempos de vigência da Carta de 1946”.

A posição dicotômica de O Globo pode ser notada no dia 30 de março, quando coexistiram matérias em que a oposição responsabilizava o Poder Executivo pela morte do estudante Edson Luis e reportagens anunciando a celebração do aniversário de quatro anos da Revolução. Em defesa do periódico, pode-se dizer que a contradição era a atmosfera da época e o jornal, como um veículo de comunicação, apenas espelhava esse clima.

(...) o governo Costa e Silva caminhava imprensado entre duas correntes internas: uma, querendo o endurecimento, e a outra, tentando, Deus sabe como, a via da liberalização. O embate dessas forças, com o eventual predomínio de uma ou outra, é o que explica a ciclotimia desses tempos, que oscilavam num movimento pendular que ia dos sobressaltos à distensão, do temor ao alívio. (VENTURA, 1988. p. 130)

De toda forma, é inegável que o Poder Executivo sobrepujou os demais em 1968. A cobertura do jornal O Globo é reflexo dessa disparidade. Em março de 1968, o Poder Executivo concentrou mais de 55% das matérias políticas, conforme apontado no capítulo anterior. Qualquer atividade do presidente Costa e Silva era divulgada por O Globo. Discursos, decretos e até aula inaugural do presidente eram transcritos na íntegra, às vezes ocupando duas páginas do jornal. Isso pode parecer impensável num jornal contemporâneo, mas era rotina há 40 anos. Os jornais tinham o costume (seja por obrigação ou auto-imposição cautelar) de cobrir toda a agenda presidencial e reproduzir integralmente as declarações do presidente.

As matérias sobre o Executivo tinham um foco significativo em medidas econômicas, como austeridade nos gastos públicos, expansão da indústria e aumento do salário mínimo. Por isso, havia muitas entrevistas com os ministros da Fazenda, Delfim Neto, do Trabalho, Jarbas Passarinho, e do Planejamento, Hélio Beltrão. A economia brasileira vivia um momento auspicioso e o Governo soube aproveitar os dividendos políticos do período que prenunciou o milagre econômico.

Já as matérias do Legislativo retratavam muito mais opiniões de líderes partidários do que decisões ou posicionamentos institucionais. Não havia cobertura do trabalho das comissões temáticas e pouco se falava das votações de leis em plenário. A matéria-prima do noticiário político eram as declarações dos caciques da Arena e do MDB, como Pedro Aleixo, Mário Covas, José Bonifácio, Filinto Muller, Daniel Krieger e Ernani Sátiro.

O Judiciário federal foi praticamente ignorado em março de 1968. As escassas reportagens eram notinhas superficiais, sobre julgamentos no Tribunal Superior Militar. Em sua tese de doutorado, Salette Maccalóz aponta dois movimentos que levaram a essa omissão do Poder Judiciário, durante a Ditadura. Em primeiro lugar, ela destaca que “o golpe militar se instaurou cassando juízes e aposentando ministros do Supremo Tribunal Federal” (MACCALÓZ, 1999, p.23). Segundo ela, a partir do AI-5, “os magistrados

também perderam suas garantias institucionais” (Ibidem, p.23). Maccalóz adverte, no entanto, que houve um alinhamento espontâneo de boa parte da magistratura ao Regime Militar.

A maior parte, principalmente nos Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça, rapidamente aliou-se ao regime, como estreitos colaboradores, talvez imperceptível à coletividade, porque o discurso dominante alimentou o golpe militar. Outro fato inesquecível, a formação jurídica sempre foi conservadora e radical nesse sentido, por isso a maior parte rapidamente se adaptou à repressão e perseguição de uns poucos comprometidos politicamente. (MACCALÓZ, 1999, p.23)

O fato é que o Poder Judiciário pouco produziu em março de 1968 e menos ainda foi retratado na mídia. O jornal O Globo até tinha uma coluna denominada “Justiça Dia a Dia”, mas o foco recaía sobre ações penais, julgadas pelas varas locais. Ou seja, noticiavam-se condenações de acusados de assassinato, mas passava-se ao largo de qualquer aspecto relativo aos direitos constitucionais, que começavam a ser ameaçados.

## **5.2. 1978: ensaio democrático**

Transição é a palavra que define a cobertura dos Três Poderes pelo jornal O Globo em março de 1978. Assim como boa parte da nação, O Globo oscilava entre o desejo de restauração democrática e a defesa dos ideais da Revolução de 1964. Se em março de 1968 vivia-se o prólogo de um iminente recrudescimento, em março de 1978 sentia-se a proximidade da distensão política. Mas o arrefecimento não se daria da noite para o dia. Este seria um longo e árduo processo, que só se concluiria sete anos mais tarde, quando da eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, depois de 20 anos de Governo militar.

Também O Globo relutaria na passagem do alinhamento com o Regime Militar para a crítica à Ditadura. Em 1978, o jornal não parecia muito afeito a determinados preceitos que hoje são vistos como expressão insofismável da democracia, como eleição direta, plebiscito e liberdade de expressão. Logo no primeiro dia de março, o jornal atacou, em editorial, a candidatura civil de Magalhães Pinto, cuja plataforma propunha, entre outros

aspectos, um plebiscito para cancelar as eleições indiretas. A idéia do candidato da Arena, que se apresentava como alternativa ao general João Baptista Figueiredo na sucessão de Ernesto Geisel, era dar ao povo o poder final de referendar a decisão do Congresso Nacional. Segundo O Globo, a campanha de Magalhães Pinto tinha um “sabor retornista” (de fato tinha: de retorno à democracia). O editorial prosseguia na crítica, alegando que plebiscitos são manipuláveis e que esse caminho poderia fazer o Brasil voltar à anarquia, depois do “difícil período que o país atravessou”.

A ojeriza a consultas populares (que parece perdurar até hoje) surpreende menos do que a inusitada defesa da censura (o que seria impensável sob a atual linha editorial do periódico). Por difícil de acreditar que seja, fato é que O Globo dava sustentação justamente ao mecanismo que lhe tirava a autonomia. No dia 20 de março daquele ano, O Globo publicou no editorial da capa que “a primeira constatação é a necessidade de censura”. O jornal defendia a busca paradoxal de “um acordo de coexistência pacífica entre a censura e a liberdade”.

Outra posição surpreendente era o veemente apoio aos senadores biônicos (indicados pelo Poder Executivo), que dividiam o Senado com os senadores democraticamente eleitos. Hoje, por exemplo, O Globo critica impiedosamente os suplentes de senador, que não recebem um voto sequer e vivem às custas do dinheiro público, quando os titulares se licenciam do cargo. Contudo, em 4 de março de 1978, O Globo publicou um editorial em que se solidarizava com as determinações do pacote de abril de 1977, entre as quais, as indicações indiretas dos senadores biônicos. Segundo o jornal, “a representatividade política pode ter outras medidas além daquela do voto popular”. Embora insistisse em algumas posições nada democráticas, O Globo avançava em outras questões, como no reconhecimento do anacronismo do AI-5.

Há um consenso de que os mecanismos existentes – os atos de exceção – foram superados pelo tempo e são hoje contraproducentes. Deverão ser substituídos por outros, compatíveis com a Democracia, ainda não definidos e por isso designados pela expressão genérica “salvaguardas”. (O Globo, 29/3/1978, p.6)

No dia seguinte, O Globo deu espaço para o jurista Celso Lafer afirmar que “a substituição do AI-5 é um imperativo”. O próprio Governo sabia disso, tanto que em dezembro daquele ano extinguiu as medidas de exceção, uma década depois de sua edição.

Mas em março de 1978, os militares ainda usavam e abusavam do arbítrio garantido pelo esdrúxulo arcabouço legal da época. No dia 18 daquele mês, a Polícia Federal prendeu 11 jornalistas e intelectuais, em Curitiba, sob a vaga e recorrente acusação de atividades subversivas. O Globo não tomou partido. Deixou que os oposicionistas criticassem e os governistas defendessem as prisões. A manchete do dia 21 é ilustrativa: “Falcão<sup>13</sup>: prisões são legais. MDB: mas dificultam o diálogo”.

Os avanços e recuos do jornal davam a medida da transição política que o Brasil começava a viver. Ao longo do mês de março, O Globo publicou continuamente matérias que destacavam os esforços de Governo e Oposição para dialogar. Qualquer sinal de boa vontade das partes era trombeteado na primeira página. O Globo tornava-se arauto do anseio da sociedade por um entendimento que reconduzisse o país à democracia. Assim, em 5 de março, O Globo publicou longa entrevista com o recém-eleito líder da Oposição na Câmara, Tancredo Neves. O título da matéria era “MDB dialoga para ampliar abertura”. Dois dias antes, O Globo elogiara, em editorial, a eleição de Tancredo, visto como moderado. Na votação entre os deputados do MDB, Tancredo derrotou o antigo líder da Oposição, Freitas Nobre, que O Globo considerava radical.

Em 16 de março, O Globo deu destaque às declarações conciliatórias do presidente Ernesto Geisel. Duas reportagens evidenciavam o entusiasmo do jornal com a disposição apaziguadora do chefe do Poder Executivo: “Geisel a Tancredo: portas do Palácio estão abertas” e “Geisel reafirma o propósito de democratizar”. No dia seguinte, O Globo não poupou elogios ao presidente.

Ao abrir as portas do Palácio do Planalto para o Deputado Tancredo Neves, novo líder do MDB na Câmara, o Presidente Ernesto Geisel demonstra quanto o Governo sabe ser sensível e conseqüente a todo sinal de predisposição da Oposição, sobretudo estando em causa a busca de um consenso que dê a maior legitimidade possível às reformas políticas ora projetadas. (O GLOBO, 17/3/1978, p.1)

A resposta da Oposição também mereceria chamada na primeira página: “MDB aceitará convocação para conversar com Governo”. A declaração era do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, freqüentador assíduo das páginas de O Globo, assim como

---

<sup>13</sup> Armando Falcão, ministro da Justiça.

outros parlamentares de grande envergadura política, como Marco Maciel, Petrônio Portela, José Bonifácio e Eurico Rezende. As principais fontes do noticiário político estavam no Congresso. O Globo acompanhava os bastidores do Parlamento e repercutia com os líderes os principais assuntos da Ordem do Dia. Entre 11 e 16 de março, por exemplo, O Globo noticiou diariamente todos os movimentos da disputa entre os senadores Franco Montoro (SP) e Paulo Brossard (RS) pela Liderança do MDB no Senado, que acabou vencida pelo último.

Não por outra razão, em 1978, o Legislativo virou o jogo e deixou o Executivo para trás na cobertura do jornal O Globo. Em março daquele ano, 52,6% das matérias políticas referiam-se ao Poder Legislativo, contra 37,9% do Executivo. Isso não significava, entretanto, que O Globo desse o destaque e o peso devidos a todas as matérias referentes ao Legislativo. Em 27 de março, por exemplo, o Senado discutiria a regulamentação do artigo 45 da Constituição, que garantia ao Legislativo o poder de fiscalizar os atos do Executivo (o que é uma atribuição inamovível do Legislativo, na atual divisão dos poderes). A despeito da enorme relevância do tema, O Globo publicou, no dia 27, uma matéria discreta anunciando a votação. E no dia 30, depois da votação em plenário, o jornal se limitou (ou foi obrigado a se limitar) a publicar uma notinha no canto da página 3, com o título “Arena rejeita projeto de fiscalização do Executivo”. Pode-se alegar que o jornal, pelo menos, teve a dignidade (ou a coragem) de creditar à Arena, e não ao Senado como um todo, a decisão de manter o Executivo livre da fiscalização do Legislativo. Em outras palavras, o Congresso desperdiçou a chance de restaurar o sistema de freios e contrapesos, que garante a harmonia entre os poderes, e O Globo deixou por isso mesmo.

De toda forma, não se pode esquecer que o AI-5 estava em vigor e que os jornais viviam sob forte censura. As decisões sobre o tamanho e a abrangência das matérias não dependiam exclusivamente da vontade dos jornalistas. E obviamente não interessava aos detentores do poder que se desse destaque à possibilidade de redução do seu próprio poder. Na direção oposta, era do total agrado da Ditadura que fossem amplamente noticiadas as atividades promovidas pelos militares. Assim, no dia 21 de março, O Globo concedia generoso espaço para uma matéria cujo título era “Rio terá missa por vítimas da subversão”. Na seqüência O Globo listava, um a um, os nomes e funções dos 92 civis e militares que “tombaram, no Brasil, combatendo o terrorismo e a subversão”. Essas

aparentes ambigüidades nada mais eram do que reflexos de um período de transformações radicais. De um lado, O Globo acenava com a democracia ao garantir uma ampla cobertura do Congresso (maior até do que a do Executivo), de outro, açoitava os preceitos democráticos com editoriais em defesa da censura e dos senadores biônicos. O jornal parecia indeciso sobre o lado em que se colocaria. Foi somente na década seguinte que as dúvidas se dissiparam. O Globo agora estava do lado da democracia.

### **5.3. 1988: o reinado do Legislativo**

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte (fevereiro 1987 a setembro de 1988), o Poder Legislativo gozou de uma cobertura da imprensa que nunca havia experimentado antes e da qual não voltaria a dispor. Mais precisamente no primeiro semestre de 1988, quando a Constituinte votou em plenário os artigos da Nova Carta, foi o Parlamento que dominou a cena política nacional e, por conseguinte, as páginas do jornal O Globo. Não é de se surpreender, pois, que em março de 1988, seis em cada 10 matérias políticas fossem sobre o Congresso Nacional. Ao longo de todo o mês, as votações, as negociações e os bastidores da Constituinte foram exaustivamente publicados.

Depois de 20 anos sob o cabresto do Executivo, o Legislativo voltaria a cumprir sua função de legislar. A imprensa, que também passou duas décadas sob rígido controle, queria tomar parte desse processo de renovação nacional. E parecia não se contentar com o simples relato dos acontecimentos. Mais do que informar, o jornal O Globo queria influenciar as votações da Constituinte. Quase diariamente, o periódico reservava seu editorial para opinar sobre artigos que estivessem na ordem do dia. E, após a votação, o jornal voltava à carga, criticando a aprovação de medidas com as quais não concordasse.

Assim se deu a cobertura de O Globo desde o início do mês. No dia 3 de março, por exemplo, a Constituinte aprovou o voto facultativo para jovens de 16 anos completos a 18 anos incompletos (até então, só os maiores de 18 votavam). No dia seguinte, O Globo atacou a decisão, que chamou de “ilusão do poder adolescente”.

Pelas leis brasileiras, a maioria chega aos 18 anos. É a idade da responsabilidade civil e penal, do serviço militar – enfim, do direito de assumir a



cidadania. (...) Como explicar, então, que a Constituinte, de maneira arbitrária e gratuita, baixe para 16 anos a idade mínima para o voto? (O GLOBO, 4/3/1988, p.1)

O mesmo procedimento se verificou em outras questões estritamente políticas, sobre as quais O Globo guardava uma posição contrária à da maioria da Constituinte. No dia 17, por exemplo, o jornal fez um virulento ataque à manutenção do sistema de voto proporcional. O Globo defendia a implantação do voto distrital, que foi preterido pelos constituintes.

Ao manter o sistema proporcional nas eleições para a Câmara dos Deputados, preferindo-o ao sistema de voto distrital, a Constituinte perdeu a grande oportunidade de aprimorar a autenticidade da representação popular; incentivou a demagogia e consagrou um mecanismo de massificação do voto popular. (O GLOBO, 17/3/1988, p.4)

No dia 21, a crítica foi pela omissão da Constituinte quanto à súbita multiplicação dos partidos políticos. Segundo o jornal, a Assembléia permitiu “a proliferação de partidos muito além do que seja conveniente para o País”. Mas a grande campanha do jornal O Globo foi pela manutenção do presidencialismo, enquanto boa parte do PMDB defendia o parlamentarismo como tábua de salvação para a crise política e financeira. Em verdade, a disputa entre presidencialistas e parlamentaristas deu o tom do noticiário de março de 1988. Logo no dia 5, O Globo firmava sua posição em editorial incisivo.

O fundamental é reconhecer que não é a troca de sistema de governo que fará baixar o índice de inflação ou reduzir o déficit público. Os dramáticos problemas brasileiros dependem do Governo, não do sistema. (...) Na verdade, se de alguma forma a situação atual devesse influir no voto dos constituintes, ela recomendaria a manutenção do presidencialismo. Desde que se dê ao Legislativo condição plena de fiscalizar, no mais amplo sentido do termo, a ação dos governantes, e que o Presidente da República exerça com firmeza sua autoridade, o atual sistema dispõe de fôlego e de mecanismos para enfrentar vitoriosamente a crise. (O GLOBO, 5/3/1988, p.5)

A batalha se desenrolou em vários capítulos, muitos dos quais criados ou estimulados pelo próprio O Globo. No dia 20 de março, por exemplo, o jornal reservou a seção de debate para um confronto de idéias entre o deputado presidencialista Luis Eduardo

Magalhães (PFL-BA) e o senador parlamentarista José Fogaça (PMDB-RS). Na véspera, O Globo tinha se apressado em estampar na primeira página que “Sarney já aceita parlamentarismo com cinco anos” (além do sistema de governo, estava em discussão também o tempo de duração dos mandatos). A fonte não identificada de O Globo estava enganada e o jornal teve de voltar atrás dois dias depois: “O Presidente Sarney repudia o parlamentarismo e está disposto a defender, de forma inflexível, o sistema presidencialista e o mandato de cinco anos”.

O dia decisivo era 22 de março. Naquela data seria votado o que para muitos era o artigo mais importante da nova Constituição. Afinal, estava se decidindo se a chefia do Governo continuaria nas mãos do Poder Executivo, através do Presidente da República, ou seria entregue ao Poder Legislativo, que escolheria o Primeiro Ministro. O clima era tenso. O Governo federal pressionava pela manutenção do presidencialismo, conforme O Globo destacava na chamada da primeira página: “Brasília sob pressão presidencialista”. E a pressão funcionou. Com 344 votos (61,5% do total), o presidencialismo foi mantido. E 304 votos (54,3%) garantiram os cinco anos de mandato.

Naquela tarde, O Globo organizou uma cobertura sem precedentes, que resultou numa edição histórica. O jornal que circulou no dia 23 de março trazia todos os detalhes, os bastidores, a análise do resultado e a repercussão da votação que definiu o sistema de governo da Nova República. Os repórteres de O Globo ouviram a opinião de economistas, empresários, líderes sindicais e advogados, além de líderes partidários, governadores e ministros. Ao todo, foram 26 matérias relacionadas à votação do dia anterior: 15 diretamente ligadas ao Legislativo; quatro relativas ao Executivo Federal (opiniões de presidente e ministros); quatro repercussões com a sociedade civil e três repercussões com governadores.

Um detalhe curioso, entre as muitas reportagens daquela edição, foi a reação de um grupo de peemedebistas, inconformado com o resultado do escrutínio. Na página 8, O Globo publicou que “Históricos devem deixar o PMDB”. À frente do grupo de insatisfeitos estava o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). A declaração dele prenunciava a criação do PSDB, três meses mais tarde: “O PMDB é o responsável pelo que aconteceu aqui. Está aberto o caminho para a formação de um novo partido. Não fico numa legenda com uma podridão com esta, com Ministro e todo o Governo pressionando na base do que é

‘dando que se recebe’”. O então senador mal poderia imaginar que, dez anos depois, ele passaria de estilingue a vidraça e seria vítima das mesmas acusações de uso da máquina do Governo para influenciar votações no Congresso.

Cabe ainda ressaltar a postura do Poder Executivo ao longo de todo o mês de março e especialmente às vésperas da votação decisiva sobre o sistema de governo. O presidente José Sarney reclamava constantemente das dificuldades para se governar com um Congresso hostil e creditava o insucesso da política econômica a essa suposta “ingovernabilidade”. No dia 17, O Globo deu espaço às queixas do presidente.

O presidente José Sarney afirmou ontem, no Rio, que a “transição democrática atravessa instante de aflição, pois as forças civis responsáveis pela democracia no País estão divididas e enfraquecendo as instituições, em um processo de autofagia” (O GLOBO, 17/3/1988, p.1)

No entanto, após a aprovação do presidencialismo e do mandato do cinco anos, exatamente como desejava o Governo, O Globo passou a minimizar a alegada “ingovernabilidade” e a cobrar medidas concretas do presidente Sarney. No dia 27, um editorial intitulado “País governável” sustentou que “A vitória política na Constituinte dá fôlego ao Governo. É preciso que ele use com bom proveito, no reduzido tempo de que dispõe para reconquistar, pela ação concreta, a confiança da Nação”.

As cobranças de O Globo - e das forças políticas de uma maneira geral - surtiram algum efeito. Já nos dias seguintes, o presidente Sarney trocou as lamúrias por um discurso otimista. No dia 28, prometeu: “Entregarei o país democratizado”. E no dia 29, anunciou a ampliação do programa de privatizações, um tiro certo para agradar ao empresariado. As duas notícias mereceram chamadas na primeira página. A propósito, em março de 1988, o presidente Sarney freqüentava assiduamente a primeira página de O Globo. Das 31 edições daquele mês, o chefe do Executivo apareceu nas manchetes de 22 dias (71%). O percentual é maior do que o de Artur da Costa e Silva (38%), Ernesto Geisel (67%), Fernando Henrique Cardoso (26%) e Luis Inácio Lula da Silva (42%). A constatação é de certa forma surpreendente, já que o presidente Sarney não tinha a mesma popularidade do presidente Lula e tampouco a autoridade do presidente Costa e Silva.

Talvez houvesse uma preocupação do jornal em preservar a já enfraquecida figura de José Sarney, que era visto com desconfiança tanto pelo Congresso, quanto pela caserna. Por óbvio, a imprensa temia que a falta de autoridade política de Sarney (afinal, ele sequer tinha sido eleito pelo Congresso) ensejasse a retomada do poder pelos militares. E isso era a última coisa que os jornais e a sociedade desejavam. Era preciso relevar os desacertos econômicos do Governo Sarney, em nome da estabilidade política.

Dessa forma, criou-se uma inusitada dicotomia. No interior do jornal prevaleciam as matérias referentes à Assembléia Constituinte, mas, na primeira página, a predominância era do Poder Executivo (mais especificamente do presidente Sarney e do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega). Em março de 1988, mais da metade (51,2%) das matérias do Executivo foram chamadas na primeira página. No Legislativo, esse percentual despenca para 16,8%. Apenas 40 das 238 reportagens foram destacadas na capa. A tendência de o Legislativo ser preterido na primeira página também foi verificada pelo cientista político Vladimir Jorge Lombardo, que analisou a cobertura do Congresso Nacional, pelos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, entre 1985 e 1990.

Dentre as 2.523 notícias analisadas, apenas 15% receberam chamadas na primeira página. Isso significa que poucos fatos ocorridos entre 1985 e 1990 foram considerados muito importantes pelos jornais. (LOMBARDO, 2003, p.68)

Note-se que os 15% obtidos pelo cientista político se aproximam bastante dos 16,8% verificados pela presente dissertação, o que reforça a idéia de que os jornais dão mais destaque ao Poder Executivo, mesmo quando o Legislativo oferece um cabedal maior de notícias. Outra observação de Vladimir Lombardo que se coaduna com o trabalho em tela diz respeito à natureza das matérias sobre o Parlamento. Como foi dito anteriormente, nas décadas de 60, 70 e 80, as notícias sobre o Poder Legislativo eram majoritariamente calcadas em opiniões ou discursos de um parlamentar específico e não na instituição como um todo. Lombardo chega à mesma conclusão, com relação ao período por ele analisado, de 1985 a 1990.

(...) a maioria das notícias se referia a declarações de congressistas. Os leitores, portanto, liam de fato mais sobre as opiniões individuais dos congressistas do que sobre qualquer outra atividade parlamentar ou legislativa. Isso corrobora a hipótese de que a imagem do Congresso Nacional que os jornais projetam é a de um agregado de políticos, e não a de um coletivo. (LOMBARDO, 2003, p.74)

Se o Executivo dominava as primeiras páginas e o Legislativo tomava conta do noticiário político, o Poder Judiciário parecia inexistir. Nas capas de O Globo de março de 1988, não houve uma única menção a qualquer órgão do Judiciário federal. Quem leu apenas as primeiras páginas daquele mês (hábito bastante recorrente) simplesmente não tomou conhecimento da existência de um poder que, na teoria, é tão importante quanto os outros dois na composição do estado democrático. Nas páginas de dentro, O Globo publicou uma notícia sobre o Judiciário a cada dois dias, a pior média de todos os anos analisados.

Cumprir ainda observar que, a despeito da volta da democracia, O Globo não se arriscava a criticar o Regime Militar ou cutucar as feridas do passado. Muito pelo contrário, o jornal reservava espaço aos militares, como a agradecer por terem devolvido o poder aos civis depois de 20 anos. No dia 30, por exemplo, o jornal publicou, na íntegra, uma nota da cúpula militar em defesa da Revolução de 1964. No dia seguinte, a matéria era sobre uma missa celebrada em homenagem aos 24 anos da Revolução. Até então, O Globo sequer usava palavras como “Golpe” ou “Ditadura”. Estes termos ficariam para a década seguinte, quando o risco de um retorno dos militares estava totalmente afastado.

#### **5.4. 1998: o Executivo contra-ataca**

Março de 1998 é a prova cabal de que o mundo político dá voltas, mas as histórias se repetem. Se em 1988, o então senador Fernando Henrique Cardoso se rebelou contra o PMDB, por achar que o Governo Sarney pressionou indevidamente em favor do presidencialismo, dez anos depois, foi a vez do presidente Fernando Henrique Cardoso, agora no PSDB, usar a máquina do Governo para interferir em questões partidárias. No dia 8 de março de 1998, o mesmo PMDB realizaria uma convenção para decidir se teria

candidato próprio ou apoiaria a candidatura de FHC à reeleição.<sup>14</sup> O Globo cobriu amplamente os bastidores e as negociações que antecederam a convenção. No dia 3 de março, a manchete da página 3 era “PMDB se entrega ao toma-lá-dá-cá” e o sub-título explicava: “Indecisos cobram verbas e neutralidade de FH em seus estados em troca de apoio à reeleição”. Três dias depois, o Tribunal Superior Eleitoral acolheu uma representação do PT e abriu processo contra o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, por uso da máquina administrativa para influir na convenção do PMDB. No dia 7, véspera da aguardada reunião do PMDB, O Globo destacou a decisão do TSE na primeira página: “Justiça Eleitoral abre processo contra FH”.

Não foi o suficiente para mudar a decisão dos peemedebistas. O acordo estava costurado e o PMDB não teria candidato próprio, para insatisfação de boa parte do partido (como sempre, o PMDB estava rachado). No dia 9, O Globo anunciava o resultado da convenção na primeira página: “PMDB sepulta candidatura própria e decide apoiar FH”. Na página 4, O Globo desnudava o fisiologismo por trás da decisão. Segundo o jornal, o Governo tinha liberado verbas para garantir votos dos militantes de Santa Catarina em apoio à coligação com o PSDB. O estado sulista receberia R\$ 200 milhões do BNDES e mais recursos para obras, de acordo com a matéria.

No dia seguinte, as críticas à interferência da União prosseguiram. O Globo estampava na capa: “Itamar<sup>15</sup> acusa FH de comprar votos do PMDB”. E na página 8, uma reportagem informava que o PMDB exigiria mais espaço no Governo após a reforma ministerial, como recompensa pelo apoio. O título da matéria era uma clara alfinetada na negociata: “PMDB apresenta a FH fatura do apoio à reeleição”. Essas barganhas fisiológicas são mais uma explicitação da tibieza e da perfídia que têm marcado a relação entre os poderes Executivo e Legislativo na história republicana do Brasil. Ao longo das décadas, mudaram os instrumentos, mas o Executivo sempre buscou uma forma de manter o Legislativo sob controle. Ou numa leitura inversa, o Parlamento constantemente impôs um preço (político ou financeiro) para dar sustentação ao Governo. Fato é que, desde meados do século passado, o Executivo enfrenta dificuldades para governar, em virtude da

---

<sup>14</sup> A emenda da reeleição tinha sido aprovada, em 1997, com 336 votos a favor, 17 contra e 6 abstenções, em meio a denúncias de compra de votos.

<sup>15</sup> Itamar Franco, ex-presidente da República.

oposição do Legislativo. Tanto que, entre a ditadura de Getúlio Vargas e a ditadura dos militares, apenas os presidentes Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira conseguiram concluir os mandatos.<sup>16</sup> Este último, por sinal, teve de usar toda a habilidade política (leia-se troca de favores) para conseguir o aval do Congresso para seus projetos faraônicos. Na biografia de JK, Cláudio Bojunga expõe, sem pudor, o tipo de política que se fazia no recém-inaugurado Palácio do Planalto.

O presidente nascido em Diamantina, criado no velho sistema partidário brasileiro, escolado nas astúcias e métodos do valadarismo e do getulismo, sabia como o sistema político funcionava dentro dessa dualidade. Em relação ao contingente tradicional, o jeito de somar interesses era usar o serviço público na distribuição de benesses aos que ajudavam a conseguir votos e recursos, e a azeitar a tramitação de leis do interesse do governo. Mais do que o autoritário Vargas, muito mais do que Jânio e Goulart, Juscelino distribuiu favores e empregos, e trilhou os caminhos da negociação política nos termos tradicionais da classe política brasileira. Cartórios, nomeações, promoções, eram armas prediletas para a cooptação. (BOJUNGA, 2001, p.413)

Vê-se que não é novidade o fisiologismo empregado na gestão FHC e escancarado pelo Governo Lula. A triste constatação é que a maioria dos parlamentares não aprova emendas constitucionais ou projetos do interesse do Governo se não receber uma retribuição. E essa recompensa vai desde a distribuição de cargos e liberação de emendas até a compra de deputados no varejo, como fez o Governo Lula, segundo denúncia do Procurador Geral da União, Antônio Fernando do Souza, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal. Em suma, a preceituada harmonia entre os Poderes se dá na base de trocas espúrias, sem nenhum compromisso com a ética e o interesse público.

Desde a década de 90, O Globo vem apontando e criticando essa forma de fazer política que em nada contribui para a consolidação da democracia. O jornal tornou-se detrator contumaz dos vícios do Congresso. Passado o período de euforia com a Assembléia Constituinte, O Globo se investiu da função de fiscal das atividades legislativas e passou a denunciar todo tipo de atitude irregular ou eticamente contestável dos membros do Legislativo. Em 20 de março de 1998, por exemplo, O Globo noticiou que a Câmara abriu processo de cassação contra o deputado José Borba (PTB-PR), que votou com a senha

---

<sup>16</sup> Getúlio Vargas suicidou-se, Jânio Quadros renunciou e João Goulart foi deposto.

do deputado Valdomiro Merger (PFL-PR). Em editorial, o jornal pediu “punição exemplar” para os dois parlamentares. No dia 25, O Globo denunciou que a Câmara costurava um acordo para salvar os pianistas. A estratégia era pedir a suspensão por 30 dias, em vez da cassação dos mandatos. No fim das contas, a pressão do jornal não adiantou e prevaleceu o corporativismo.

A esse propósito, O Globo já tinha publicado, em 15 de março, um editorial, pedindo mudanças nas regras da imunidade parlamentar. Segundo o jornal, esse instrumento, que, na teoria, garante a autonomia do Legislativo, passou a ser usado como salvo-conduto para quaisquer transgressões dos deputados e senadores.

A imunidade parlamentar precisa ser modificada, pois tem sido invocada para proteger gente que deveria estar sendo processada criminalmente. Nesses casos, manifesta-se com toda a força o velho problema do corporativismo. (O GLOBO, 15/3/1998, p.6)

No dia 16 de março, o jornal abriu a editoria de Política com uma entrevista de página inteira em que o ministro do STF Marco Aurélio Mello propunha o fim da imunidade parlamentar. Para aumentar a pressão, no dia 17, O Globo noticiou que tramitava no Congresso um projeto que permitiria ao STF instaurar processos contra parlamentares sem autorização da Casa. Nem seria preciso dizer que a proposta esbarrou no espírito de corpo e até hoje o foro privilegiado protege os integrantes do Poder Legislativo.

Este caso revela uma outra característica marcante do ano de 1998: a entrada do Judiciário na cena política. Até a década de 90, a imprensa tratava o Judiciário como um poder estritamente técnico, “escondido atrás de um certo mistério e distância, também chamado de temor reverencial” (MACCALÓZ, 1999, p.20). Quando muito, os jornais publicavam uma notinha de canto de página dando conta de uma decisão judicial relevante. Mas a partir dos anos 90, os integrantes do Poder Judiciário passam a ganhar destaque na mídia. Qualquer opinião do presidente do STJ ou do STF é publicada. Os ritos processuais das cortes passam a ser explicados. Os jornalistas têm o cuidado de traduzir para o leitor a linguagem específica da Justiça, o chamado “juridiquês”. O aumento do interesse da imprensa é, na verdade, reflexo da mudança de postura do Poder Judiciário, que sai da



defensiva e passa a agir de maneira pró-ativa, entrando no debate político e dividindo os holofotes com os outros dois poderes.

Nos últimos anos, não mais do que duas décadas, a Justiça tornou-se notícia freqüente nos jornais, rádios e televisão. Alguns de seis personagens, até pouco tempo integralmente desconhecidos do grande público, passaram a ter os seus currículos editados nos jornais e na Internet, e são citados nas conversas informais dos leigos, mencionados em várias reportagens da mídia e “ousam” se candidatar para cargos político-partidários, tendo como base eleitoral a sua vida profissional, no Judiciário. (Ibidem, p.19)

O Tribunal Superior Eleitoral é um bom exemplo dessa transição por que passou o Poder Judiciário. Em 13 de março de 1998, O Globo noticiou que o TSE abriu processos contra FHC e Lula, os dois principais candidatos às eleições daquele ano. Alguns anos antes, era impensável que o Tribunal pudesse abrir um processo contra o presidente. Mas a partir da década de 90, o TSE não apenas julga as representações recebidas, como formula novas regras eleitorais, antecipa a discussão sobre a verticalização<sup>17</sup> e opina sobre as propostas de reeleição. A participação do Judiciário na política tornou-se ainda maior – e mais polêmica – em 2008, como será discutido a seguir.

### **5.5. 2008: à sombra do hiperpresidencialismo**

Março de 2008 começa com uma sintomática querela entre o Executivo e o Judiciário. No final de fevereiro, o ministro do STF e presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, criticou o lançamento de novos programas sociais e o aumento dos benefícios pagos pelo governo em ano eleitoral. O magistrado avisou que analisaria eventuais representações contra o caráter eleitoreiro do programa. Logo em seguida, DEM e PSDB entraram com ação no STF contra o programa Territórios da Cidadania. O episódio irritou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, no dia 28 de fevereiro, disse que “seria bom se o Judiciário só metesse o nariz nas coisas dele”.

No dia 1º de março, O Globo deu destaque ao desdobramento do discurso inflamado do chefe do Executivo. O presidente explicou que “apenas deu um palpite” e que “tem

---

<sup>17</sup> Em 2002, o TSE determinou que as alianças feitas para a eleição presidencial teriam de se reproduzir nos pleitos estaduais. Essa decisão acabou sendo derrubada pela Câmara Federal em 2006.

direito a emitir opinião como qualquer brasileiro”. O ministro Marco Aurélio se disse perplexo, mas negou que uma crise tivesse se instalado entre os poderes. No dia 4 de março, o presidente Lula, em tom conciliatório, declarou que “a independência do Judiciário é garantia contra o arbítrio de outros poderes”.

A crise foi o prenúncio de um mês marcado pelo estremeamento da relação entre os poderes. Depois de se estranhar com o Judiciário, o Executivo entrou numa queda-de-braço com o Legislativo, desta feita, por causa das medidas provisórias (MPs). Para que se entenda o imbróglio, cabe fazer uma breve retrospectiva. O instrumento da medida provisória foi aprovado pela Constituinte de 1988, em substituição ao malfadado decreto-lei, que carregava o ranço ditatorial. Pelo texto constitucional, as MPs só deveriam ser editadas em casos de urgência e relevância. Mas a exceção virou regra e o Executivo passou a legislar através das medidas provisórias. De setembro de 2001 a fevereiro de 2008, o Executivo editou 421 MPs, uma média de 70 por ano. (O GLOBO, 17/03/2008, p.3)

No dia 17 de março, O Globo deu grande destaque ao relatório preliminar da comissão especial da Câmara criada para propor mudanças na tramitação das MPs. A principal alteração sugerida era o fim do trancamento da pauta pelas medidas provisórias. Hoje, se a Casa legislativa não aprecia a MP em 45 dias, esta passa a obstruir a pauta, até que seja votada. Ou seja, o excesso de MPs dificulta a produção legislativa e deixa o Congresso à mercê do Executivo. Além disso, o relatório da comissão previa a proibição de MPs para abertura de crédito suplementar e a possibilidade de inverter a pauta, através de acordo de líderes, quando não houver consenso para a votação de MPs. Dois dias depois, O Globo publicou um editorial acrimonioso, atacando a “overdose de MPs” e defendendo o equilíbrio entre os poderes.

Não se discute a importância de o Executivo contar com dispositivos legais que permitam ao governo baixar normas, sem o crivo imediato do Congresso, que preencham os requisitos de “relevância e urgência”. O problema está na dosagem, a qual, se exagerada, como ocorre na atual fase do governo Lula, sufoca o Poder Legislativo, muito justamente decidido a mudar as regras de edição das MPs para, no mínimo, atenuar o surto de hiperpresidencialismo que a nação enfrenta. (O GLOBO, 19/3/2008, p.6)

Interessa discutir o termo “hiperpresidencialismo”, utilizado por O Globo. Este é um conceito novo no vocabulário político e significa a concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo, através de mecanismos aparentemente constitucionais. A manobra inclui o controle da imprensa, a usurpação de funções do Legislativo, a indicação da maioria dos membros do Judiciário (a fim de dominá-lo) e o forte apoio popular, através de medidas populistas. Em resumo, o hiperpresidencialismo fica a um passo de sair do campo democrático e transpor o umbral da ditadura. O fenômeno vem sendo discutido no jornal O Globo, há algum tempo, pelo colunista Merval Pereira.

O hiperpresidencialismo, regime político caracterizado pelo excesso de poderes concedido pelo Congresso ao Executivo, é um fenômeno que está se alastrando pelo mundo e hoje está em evidência, tanto na crise da Ucrânia quanto nos superpoderes que governos latino-americanos como os da Argentina e o da Venezuela estão acumulando. (PEREIRA in O GLOBO, 2/12/2004, p.4)

As discussões sobre o hiperpresidencialismo normalmente giravam em torno do presidente da Venezuela, Hugo Chavez, e do ex-presidente da Rússia, Vladimir Putin. Neste artigo de 2004, quando o presidente Lula ainda nem havia sido reeleito, o próprio Merval Pereira descartava o risco de o Brasil enveredar para um regime autoritário. Segundo ele, o país tinha “antídotos contra a tentação do hiperpresidencialismo: um governo apoiado por um partido político forte, um Congresso onde a oposição tem atuação decisiva e um presidente que já deu mostras de que é um democrata”.

É emblemático, pois, que O Globo tenha falado de um “surto de hiperpresidencialismo” em março de 2008, justamente quando parte do PT começava a ventilar a idéia de uma revisão constitucional para permitir um terceiro mandato para o presidente Lula, que desfrutava de 63% de popularidade. O jornal estava claramente preocupado com um possível rompimento das regras da democracia, para a perpetuação do projeto de poder do PT. O desfecho do artigo do dia 19 de março não deixa dúvidas sobre o alerta que O Globo estava fazendo. “Na prática, é o Executivo absorvendo a função de legislador de um Congresso manietado pelas regras de tramitação das medidas provisórias. Reproduz-se, de forma esdrúxula, um modelo ditatorial. (...) É essencial restabelecer logo o equilíbrio entre Executivo e Legislativo” (O GLOBO, 19/03/2008, p.6)

Neste ponto, faz-se mister uma rápida digressão, para questionar se também O Globo não contribuiu para o “surto de hiperpresidencialismo” quando expõe o Poder Executivo a taxas superiores às da Ditadura e reserva ao Legislativo o menor percentual de cobertura de todos os anos pesquisados. O fato é que o equilíbrio que O Globo quer ver restabelecido entre Executivo e Legislativo não se reproduz nas páginas do próprio jornal. E essa contradição é reconhecida pelos próprios jornalistas de O Globo. Na edição de 28 de maio de 2008, o colunista Ricardo Noblat criticou a mídia por publicar indistintamente tudo o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz e fala. Segundo ele, esse procedimento surge de um conceito equivocado de notícia. Noblat sustenta que “nem tudo que Lula diz merece ser publicado”. E acrescenta que “Lula deveria ser grato à imprensa por seu comportamento burocrático e assustado” (NOBLAT in O GLOBO, 28/5/2008, p.8).

No concernente às medidas provisórias, O Globo não baixou o tom durante todo o mês de março. No dia 20, estampou no título da página 5: “Para juristas, 80% das MPs são dispensáveis”. Na reportagem, os especialistas sustentavam que as medidas provisórias não são urgentes e atendem a interesses políticos e econômicos. Na mesma página, O Globo publicou duas matérias coordenadas, explicando o funcionamento do sistema equivalente ao das medidas provisórias nos Estados Unidos e na França, para evidenciar os abusos cometidos pelo Executivo no Brasil. No alto da página, figurava ainda um mini-editorial em que O Globo sustentava que não “se pode manter virtual ditadura do Executivo, em que ele sufoca o poder de legislar do Congresso”.

Se por um lado O Globo criticava o avanço do Executivo sobre o Legislativo, por outro, parecia aplaudir a intromissão do Judiciário em áreas tipicamente legislativas. Em 2007 e 2008, o Supremo Tribunal Federal se antecipou ao Congresso várias vezes, como nas votações sobre fidelidade partidária, greve no serviço público e direito a aposentadoria especial. Em momento algum, O Globo criticou a intrusão do Judiciário. Ao contrário, o jornal elogiou o Supremo por ocupar o vácuo deixado pelo Congresso. Coube ao colunista Merval Pereira aprofundar o assunto.

Tema polêmico na ciência política e no direito constitucional, a ‘judicialização da política’ ou a ‘politização da Justiça’ são expressões correlatas que indicam os efeitos da expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas. (PEREIRA in O GLOBO, 6/4/2008, p.4)

Na ocasião, dois assuntos trouxeram à tona o debate sobre a judicialização da política. O primeiro foi a representação dos partidos de oposição no STF contra o veto do presidente Lula à fiscalização das centrais sindicais pelo Tribunal de Contas da União. O outro tema foi o possível endurecimento da legislação eleitoral, impondo o princípio da moralidade pública como pré-requisito para o registro das candidaturas, mesmo em processos que não tenham transitado em julgado. Na coluna do dia 6 de abril, o jornalista Merval Pereira abriu espaço para as opiniões de renomados cientistas políticos. Farlei Martins Riccio de Oliveira, pesquisador e professor de Direito da Universidade Candido Mendes, por exemplo, sustentou que “o ano de 2007 marcou uma retomada do ativismo voluntarista do Supremo Tribunal Federal”. No entendimento dos cientistas políticos Wanderley Guilherme dos Santos e Fábio Wanderley Reis, esse avanço ativista do STF foi “uma clara afronta ao princípio democrático e à separação dos poderes”.

No dia 29 de maio, numa coluna com o sugestivo título de “Legislativo enfraquecido”, Merval Pereira criticou o Congresso por assumir a paternidade do projeto de recriação da CPMF, travestida de CSS<sup>18</sup>, e por aprovar emenda constitucional aumentando o número de vereadores no país. Segundo o colunista, as duas votações mostram “que o Poder Legislativo não está apenas perdendo o controle das iniciativas para o Executivo, mas está também tocando o processo legislativo de maneira negligente”. Na mesma coluna, Merval Pereira voltou a destacar o avanço do Judiciário sobre matérias políticas. Desta vez, o colunista mencionou a proposta, defendida por vários tribunais regionais eleitorais, de vetar candidatos que respondam a processos em qualquer instância, os chamados “candidatos ficha suja”. Ou seja, mais uma vez, o Judiciário entrou em cena para preencher o vazio legislativo. O mais interessante é que as principais constatações do colunista de O Globo são corroboradas pelo trabalho em tela, embora com enfoques diferentes. Seja a imprensa co-responsável ou apenas transmissora da atual conjuntura política, o fato é que a supremacia do Executivo, a decadência do Legislativo e o avanço do Judiciário foram estatisticamente comprovados por esta pesquisa.

---

<sup>18</sup> Em dezembro de 2007, o Senado Federal derrubou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (o imposto do cheque). Mas em junho de 2008, os governistas apresentaram no Congresso a proposta de criação de um novo tributo, a Contribuição Social para a Saúde, que foi interpretada pela oposição como a recriação da extinta CPMF.

## 6. CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar a cobertura jornalística referente aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos últimos quarenta anos. Para viabilizar a pesquisa, delimitou-se o foco no noticiário político do jornal O Globo nos meses de março dos anos de 1968, 1978, 1988, 1998 e 2008. Foram analisadas 3.973 matérias de 150 edições do jornal. Além do processamento quantitativo dos dados, empreendeu-se cuidadosa análise qualitativa, com base em reportagens e, principalmente, em editoriais.

As informações coletadas deram origem a um banco de dados, que possibilitaria diferentes abordagens comparativas sobre o espaço reservado pelo jornal O Globo a cada um dos poderes, durante os cinco períodos pesquisados. Optou-se por um confronto direto e proporcional entre os três poderes. Para isso, foram consideradas apenas as matérias referentes ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Desse montante (que foi denominado noticiário político) calculou-se o percentual referente a cada um dos poderes. Este procedimento foi repetido em cada um dos meses de março dos cinco anos escolhidos para a pesquisa.

A partir dos números obtidos montou-se um gráfico que evidenciou a relação de O Globo com os três poderes nos últimos 40 anos e apontou as atuais tendências do noticiário político do principal jornal fluminense. Aos resultados quantitativos, acrescentou-se uma profunda análise das matérias e editoriais do período. Essa abordagem qualitativa permitiu a contextualização histórica e política dos números encontrados na parte quantitativa da pesquisa.

Algumas das constatações eram óbvias e esperadas; outras, por inusitadas, ajudaram a derrubar preconceitos e estereótipos. Não surpreendeu, por exemplo, que o Poder Executivo detivesse 55,7% do noticiário político em março de 1968, às vésperas da decretação do AI-5, contra 38,6% do Legislativo e 5,7% do Judiciário. Naquele mês, o país vivia um momento político delicado, com a imprensa e demais instituições sob a mira dos fuzis. Eram os últimos atos do engodo democrático interpretado pelos militares. A nação – e a imprensa, por conseguinte – balouçava entre a esperança da restauração democrática e o temor do recrudescimento do autoritarismo. Os avanços e recuos do período ficavam evidentes no noticiário de O Globo. O mesmo jornal que reproduzia, na íntegra, discursos e

decretos do marechal Artur da Costa e Silva fazia das suas páginas palanque para o senador Josafá Marinho (MDB-BA) alardear que a Constituição de 1967 fora “imposta por um poder discricionário, sem ideais definidos”.

Se a distribuição proporcional do noticiário político em 1968 era fácil de prever, a da década seguinte não era tão evidente assim. Embora o Brasil ainda estivesse sob domínio dos generais, em março de 1978 foi o Poder Legislativo que prevaleceu nas páginas de O Globo. Na esteira da distensão política, o jornal reservou aos congressistas 52,6% das matérias políticas, contra 37,9% do Executivo e 9,5% do Judiciário. Foram publicadas 8,2 matérias sobre o Congresso por dia, a maior média entre todos os anos pesquisados. Esses números, amplamente favoráveis aos legisladores, refletem a maior liberdade de que O Globo desfrutava, mas, por si só, não dão conta do posicionamento do jornal à época. A análise dos editoriais de março de 1978 revelou uma certa resistência de O Globo a preceitos inexoráveis da democracia, como a eleição direta e a liberdade de expressão. O periódico defendia abertamente a censura e os senadores biônicos e criticava veementemente os plebiscitos.

Essa ambigüidade do jornal O Globo – que concedia um amplo espaço para os legisladores reclamarem a volta da democracia, mas se aferrava, editorialmente, a ideais antidemocráticos – não deixava de refletir a transição política em curso no Brasil. Somente na década seguinte O Globo conseguiu se livrar do ranço ditatorial e apoiar, sem reservas, a democracia restaurada. Assim, em março de 1988, período em que a Assembléia Constituinte funcionava a pleno vapor, 63% das matérias políticas diziam respeito ao Legislativo, quase o dobro do espaço concedido ao Executivo (33,1%). Os congressistas nunca tinham tido tanto destaque (e nem voltariam a ter). Todas as votações, discursos, bastidores e impasses da Assembléia Constituinte eram publicados com detalhes.

Mais do que noticiar, O Globo queria participar e até mesmo influenciar na elaboração da Nova Carta. Quase diariamente, o jornal se posicionava – no editorial – em relação aos artigos constitucionais que estavam para ser votados. E, após as votações, criticava as decisões com as quais não concordasse. Dessa forma, o jornal se colocou contra o voto facultativo aos 16 anos, contra o sistema de eleição proporcional (preferia o voto distrital), contra a proliferação de partidos políticos e, principalmente, contra o parlamentarismo (defendia o presidencialismo, que acabou vitorioso).

A pesquisa também apontou uma contradição curiosa em março de 1988. Se no noticiário político o Legislativo reinava soberano, nas primeiras páginas a predominância era do Executivo. O presidente José Sarney e seus ministros (notadamente o da Fazenda, Maílson da Nóbrega) figuravam diariamente na capa de O Globo. Quem lesse apenas as primeiras páginas, veria uma correlação de forças bem diferente da apresentada no interior do jornal. Foram 61,5% manchetes referentes ao Executivo contra 38,5% sobre o Legislativo. Essa opção (claramente editorial, já que a capa é a melhor expressão das opiniões e vontades da chefia do jornal) talvez indicasse uma preocupação de O Globo em preservar a já frágil figura do presidente da República (que não tinha apoio do Congresso, nem dos militares) e evitar um retorno à Ditadura.

Com o noticiário dividido entre as votações da Constituinte e as propostas da equipe econômica do Governo, o Judiciário foi praticamente ignorado. Durante o mês de março de 1988, os magistrados ficaram com míseros 3,9% das matérias políticas e, nas primeiras páginas, não receberam uma única menção. Essa gritante distância do Judiciário para os outros dois poderes começou a diminuir em 1998, quando os magistrados obtiveram 12,4% das matérias políticas e 9,7% das manchetes. O crescimento se acentuou em março de 2008, quando o Judiciário respondeu por 15,6% das matérias políticas e 18,8% das manchetes (neste último quesito, o Judiciário passou pela primeira vez o Legislativo).

Além do avanço do Judiciário sobre o Legislativo, a pesquisa apontou a retomada da supremacia do noticiário pelo Poder Executivo. Dos 33% de 1988, o Executivo saltou para 58,4% em 1998, o maior índice de todos os anos pesquisados. Isso significa que o presidente Fernando Henrique Cardoso teve proporcionalmente mais espaço no noticiário político que os generais Artur da Costa e Silva e Ernesto Geisel. Em março de 2008, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Executivo teve uma ligeira queda para 56,8%, mas se manteve acima dos percentuais da Ditadura.

Os números obtidos na pesquisa – ombreados pelas análises de textos e editoriais – apontam as atuais tendências da cobertura política de O Globo. Há três movimentos políticos claramente identificados a partir de 1998. Em primeiro lugar, o Poder Executivo foi alçado a níveis recordes de exposição. Essa avalanche de notícias sobre o Poder Executivo pode ter várias explicações: bom desempenho dos presidentes (Lula e Fernando Henrique), competência da assessoria de imprensa do Planalto ou a uma visão equivocada



do que seja notícia por parte de O Globo (que dá destaque demais ao Executivo, em detrimento dos outros dois poderes). É possível que haja um pouco de cada um desses fatores. Mas, sem dúvidas, a imprensa tem sua parcela de responsabilidade na superexposição do Executivo.

O mais interessante é que o mesmo jornal que ajuda a criar um mito em torno do presidente da República (ao expor-lhe a taxas recordes) critica a concentração excessiva de força nas mãos do Executivo. Conforme a análise dos editoriais revelou, ao longo de 2008 O Globo atacou insistentemente o uso abusivo das medidas provisórias pelo presidente Lula. No dia 19, o periódico defendeu mudanças nas regras de tramitação das MPs para “atenuar o surto de hiperpresidencialismo que a nação enfrenta”. A partir do editorial de O Globo, este trabalho discutiu o conceito de “hiperpresidencialismo”, um termo novo na ciência política, que vem sendo usado para designar governos aparentemente democráticos, mas que concentram superpoderes nas mãos do chefe do Executivo e enfraquecem as instituições democráticas, como imprensa, tribunais, associações e órgãos legislativos.

Propôs-se uma reflexão sobre a responsabilidade da imprensa no agigantamento do Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Se há uma preocupação com um Executivo fortalecido demais, deveria haver um filtro mais rigoroso na divulgação dos atos e discursos dos integrantes do Executivo e, concomitantemente, um zelo maior com o Legislativo (ainda que os atuais mandatários do povo não o pareçam merecer). O segundo movimento detectado pela pesquisa foi justamente a retratação de um Legislativo corrupto e inepto. Em 1998 e 2008, o Legislativo apresentou os menores percentuais de matérias políticas entre todos os anos pesquisados. E a maioria absoluta das matérias teve um enfoque negativo, com denúncias de todos os tipos.

É indiscutível que as últimas legislaturas vêm tisonando a imagem do Congresso e que a imprensa tem sim o dever de trazer a público o farto cardápio de falcatruas perpetradas pelos parlamentares. Mas isso não impede que sejam noticiadas também as boas (ainda que poucas) iniciativas do Congresso. Conforme se destacou no capítulo 3, a postura eminentemente crítica e denunciante da imprensa pode conduzir ao que os pesquisadores Joseph Cappella e Kathleen Jamieson chamaram de “espiral do cinismo”. Segundo eles, ao noticiar apenas o lado ruim da política, a mídia contribui para a desilusão dos eleitores com os políticos. Como consequência, os políticos também se sentem

desobrigados de atender aos anseios públicos, já que perderam a confiança da população e são sempre criticados pela mídia. Não se deve esquecer que, apesar da inquestionável falta de qualidade da maioria dos atuais legisladores, um Congresso respeitado e independente é condição *sine qua non* para a democracia.

E o terceiro movimento detectado por esta pesquisa foi o avanço do Poder Judiciário no vácuo de credibilidade deixado pelo Poder Legislativo. Os tribunais saíram da postura burocrática e omissa, e passaram a antecipar decisões e discussões que normalmente cabiam aos legisladores. Esse fenômeno vem sendo chamado de “judicialização da política” ou “politização da Justiça”. É interessante notar que as conclusões deste trabalho, obtidas empiricamente, estão expressas nas percepções dos próprios jornalistas de O Globo, embora sob enfoques diferentes. Na coluna do dia 29 de maio de 2008, o jornalista Merval Pereira abordou essencialmente três questões: a ingerência do Executivo em assuntos legislativo, o enfraquecimento do Poder Legislativo e o avanço político do Poder Judiciário. São esses três movimentos políticos que o presente estudo corrobora, de maneira categórica, através de números e gráficos.

Para além das conclusões irrefutáveis deste trabalho, resta a polêmica discussão sobre o papel da imprensa na relação com os três poderes. Por um lado, pode-se argumentar que o jornal O Globo simplesmente refletiu as disposições e rearranjos de força entre os poderes ao longo do tempo. Por essa ótica, o jornal teve e tem um papel fundamental de expor aos leitores, na exata proporção dos eventos políticos, quem está trabalhando mais e melhor. Para que esse argumento fosse válido, seria preciso admitir que os critérios de noticiabilidade são totalmente objetivos (ou seja, o jornal publica tudo e somente o que deve ser publicado) e que o grau de influência da mídia sobre o processo político é nulo.

Sabe-se, contudo, que não é bem assim. Há muita subjetividade na decisão do que é e o que não é notícia. Ademais, conforme foi discutido no capítulo 3, com o devido embasamento teórico, a mídia tem uma enorme força política no Brasil. Não por outra razão, os veículos de comunicação são considerados um quarto poder informal. Seria ingênuo, pois, supor que um jornal com o peso de O Globo não cause impacto no equilíbrio de forças entre os poderes quando reserva 57% das matérias políticas ao Executivo, contra 27% do Legislativo e 16% do Judiciário.

O que se propõe, portanto, é um exercício de reflexão coletivo de jornalistas e políticos. Não é salutar para a democracia brasileira que o Poder Executivo sintasse confortável a ponto de avocar para si, sem qualquer resguardo constitucional, a função de legislar. Ainda menos tolerável é o comportamento subserviente e promíscuo de deputados e senadores em relação ao Palácio do Planalto. Cabe à mídia denunciar os desvios de função, as inapetências administrativas e as práticas ladinas dos integrantes dos três poderes. E isso, verdade seja dita, os jornalistas têm feito com eficiência e presteza. Mas compete também aos veículos de comunicação – e esse ponto é muito mais complexo e delicado – reconhecer seu papel e sua força política; e não propagar, mesmo que sem intenção, um quadro de desequilíbrio gritante entre os poderes.

Do contrário, persistirá o atual paradoxo, em que os jornalistas enfrentam quixotesicamente os arroubos e riscos antidemocráticos que eles mesmos, ainda que inadvertidamente, ajudaram a criar ou insuflar. Numa sociedade marcada pela teatralidade e pelo espetáculo (DEBORD, 1997), como querem muitos pensadores contemporâneos, são as notícias oferecidas pela mídia que constituem a “telerrealidade” (BECKER, 2005). Logo, seja esse um cenário real ou parcialmente criado pela mídia, a percepção da sociedade sobre os poderes será a mesma. E quando a população percebe um Executivo onipresente e um Legislativo ineficiente e corrupto, a História nos mostra que o desfecho não é dos melhores para a democracia.

## 7. REFERÊNCIAS

### Livros

ANDRADE, Jeferson de. *Um Jornal Assassinado. A Última Batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1991.

ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

BECKER, Beatriz. *A Linguagem do Telejornal*. Rio de Janeiro: Editora e-papers, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOJUNGA, Cláudio. *JK, O Artista do Impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CAPPELLA, Joseph N.; JAMIESON, Kathleen Hall. *Spiral of cynicism: the press and the public good*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. 6ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

FERREIRA Júnior, José. *Capas de Jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual*. São Paulo: Senac, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Crônica Política do Rio de Janeiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

FIGUEIREDO, Marcus. *Mídia, mercado de informação e opinião pública*, In: *Informação & democracia*. César Guimarães e Chico Júnior (orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

FISCHER, Desmond. *O Direito de Comunicar*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LAGE, Nilson. *Controle da Opinião Pública (Um Ensaio sobre a Verdade Conveniente)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre : L&PM, 2008.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, Um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. 2ª edição. São Paulo: Summus editorial, 1988.

MELO, José Marques de. *Comunicação, Opinião e Desenvolvimento*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: A notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SARTORI, Giovanni. *Homo videns: la sociedad telediriga*. Buenos Aires: Taurus, 1998.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (org). *Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. “A dimensão simbólica da escolha eleitoral” in FIGUEIREDO, Rubens. *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2000

SOARES, Orlando. *Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade : uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. São Paulo: Editora Planeta, 2005.

WATTENBERG, Martin. *The decline of American political parties, 1952-1996*. Cambridge: Harvard University Press. 1998.

WEFFORT, Francisco C. (org). *Os clássicos da política*. São Paulo : Ática, 2006.

#### Monografias, Dissertações e Teses

BEZERRA, Heloísa Dias. *Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias. Proposta de um Modelo Analítico*. Rio de Janeiro, 2005. 331 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

MACCALÓZ, Salette Maria Polita. *O Poder Judiciário, os meios de comunicação e a opinião pública*. Rio de Janeiro, 1999, 250f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MENDES, Gabriel Braga. *Mídia e voto: um estudo sobre a influência dos grandes jornais nas eleições de 2006 para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006, 129 f. Monografia para conclusão do curso de Radialismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

#### Artigos

ALBUQUERQUE, Afonso de. *A Mídia como Poder Moderador: uma perspectiva comparada*. Artigo apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicação e Política” da 17ª Compós, realizada em 2008, em São Paulo.

JORGE, Vladimir Lombardo. “A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985-1990”. *Revista Estudos Históricos*, FGV-RJ, n.31, 2003, pps. 64-82

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Institucionalização política da mídia no Brasil*. Artigo apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicação e Política” da 12ª Compós, realizada em 2003, no Recife.

MIGUEL, Luis Felipe. *A mídia e o declínio da confiança na política*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política” da 16ª Compós, realizada em 2007, em Curitiba.

#### Impressos

*O GLOBO*, Rio de Janeiro, nos períodos: 1/3 a 31/3 de 1968; 1/3 a 31/3 de 1978; 1/3 a 31/3 de 1988; 1/3 a 31/3 de 1998; 1/1 a 31/5 de 2008.

## **8. ANEXOS**

## ANEXO 1 – COBERTURA DO GLOBO / PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2008

	Janeiro	Fevereiro	Março	Total/Média
Total Matérias de País	452	498	525	1.475
Dias úteis	31	29	31	91
Matérias de País/ dia	14,6	17,2	16,9	16,2
Total Executivo	163	156	146	465
Executivo / dia	5,3	5,4	4,7	5,1
Total Legislativo	79	94	71	244
Legislativo / dia	2,5	3,2	2,3	2,7
Total Judiciário	47	51	40	138
Judiciário / dia	1,5	1,8	1,3	1,5
Total de matérias políticas*	289	301	257	847
Executivo / Política	56,4%	51,8%	56,8%	55%
Legislativo / Política	27,3%	31,2%	27,6%	28,7%
Judiciário / Política	16,3%	17%	15,6%	16,3%

\*Executivo + Legislativo + Judiciário



## ANEXO 2 – PLANILHA MARÇO DE 1968

Dia	Total de matérias	Executivo	Legislativo	Judiciário
1	36	7	6	-
2	29	11	8	1
3	-	-	-	-
4	22	7	4	-
5	34	12	10	2
6	34	13	7	2
7	29	12	7	2
8	38	19	5	1
9	50	9	9	1
10	-	-	-	-
11	36	3	4	1
12	46	11	9	2
13	35	8	4	3
14	27	10	6	2
15	27	11	5	-
16	32	12	7	1
17	-	-	-	-
18	25	3	8	-
19	50	14	6	1
20	48	9	13	2
21	57	8	13	1
22	50	15	12	1
23	38	15	4	-
24	-	-	-	-
25	30	5	5	-
26	38	13	5	-
27	46	13	7	-
28	49	11	10	2
29	33	12	6	2
30	40	10	9	1
31	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>979</b>	<b>273</b>	<b>189</b>	<b>28</b>

## ANEXO 3 – PLANILHA MARÇO DE 1978

Dia	Total de matérias	Executivo	Legislativo	Judiciário
1	50	10	17	4
2	42	7	8	4
3	41	7	14	5
4	26	4	6	2
5	16	1	4	-
6	38	4	8	1
7	31	9	9	1
8	33	11	7	1
9	37	8	8	2
10	32	5	8	2
11	48	9	16	1
12	35	5	11	1
13	21	3	5	1
14	39	9	11	3
15	39	8	8	1
16	28	7	8	1
17	38	7	12	1
18	44	4	8	1
19	20	-	3	1
20	27	3	3	-
21	47	9	10	-
22	44	7	10	1
23	43	6	9	2
24	38	3	5	1
25	21	3	6	2
26	27	3	7	2
27	30	4	6	1
28	35	6	8	1
29	34	4	6	-
30	33	5	9	2
31	44	12	4	1
<b>Total</b>	<b>1.081</b>	<b>183</b>	<b>254</b>	<b>46</b>

## ANEXO 4 – PLANILHA MARÇO DE 1988

Dia	Total de matérias	Executivo	Legislativo	Judiciário
1	22	5	8	-
2	30	7	11	1
3	37	4	10	1
4	38	4	10	2
5	38	6	9	-
6	25	1	7	-
7	26	-	7	-
8	29	3	3	-
9	31	6	8	-
10	26	5	8	-
11	35	5	9	-
12	22	5	6	-
13	24	2	7	-
14	21	1	4	-
15	31	4	7	1
16	35	4	11	3
17	28	6	9	-
18	32	4	8	3
19	33	6	9	1
20	21	2	4	-
21	17	3	7	-
22	32	5	12	1
23	45	5	15	1
24	40	5	7	-
25	28	3	6	-
26	26	5	6	-
27	24	1	5	-
28	24	5	3	-
29	33	4	10	-
30	30	4	7	-
31	30	5	5	1
<b>Total</b>	<b>913</b>	<b>125</b>	<b>238</b>	<b>15</b>

## ANEXO 5 – PLANILHA MARÇO DE 1998

Dia	Total de matérias	Executivo	Legislativo	Judiciário
1	13	-	-	1
2	6	-	2	1
3	19	4	3	3
4	16	3	-	1
5	15	4	3	1
6	17	5	-	2
7	11	4	1	1
8	17	1	1	-
9	14	2	-	-
10	17	4	1	-
11	20	5	2	1
12	18	7	4	2
13	18	5	-	2
14	20	8	2	1
15	15	5	2	-
16	10	1	2	1
17	14	5	2	1
18	14	8	3	1
19	12	5	3	-
20	15	3	7	-
21	22	13	3	2
22	15	5	1	2
23	12	3	-	1
24	19	6	4	2
25	13	8	5	-
26	24	8	10	3
27	16	6	4	-
28	18	5	1	1
29	13	1	-	-
30	8	2	1	-
31	14	6	4	-
<b>Total</b>	<b>475</b>	<b>142</b>	<b>71</b>	<b>30</b>

## ANEXO 6 – PLANILHA MARÇO DE 2008

Dia	Total de matérias	Executivo	Legislativo	Judiciário
1	19	9	3	2
2	18	3	-	2
3	12	1	-	1
4	15	5	2	1
5	22	7	8	2
6	24	4	8	3
7	25	8	3	1
8	15	4	1	-
9	19	4	2	-
10	10	1	2	1
11	17	4	4	1
12	22	7	4	4
13	23	8	6	2
14	17	6	1	4
15	15	5	-	1
16	12	3	-	2
17	9	2	1	-
18	20	8	-	2
19	18	3	5	1
20	23	3	1	3
21	16	4	1	-
22	7	3	2	-
23	16	2	-	1
24	8	4	3	-
25	16	4	1	1
26	10	2	-	-
27	23	6	4	1
28	22	7	6	2
29	27	8	2	1
30	16	8	-	-
31	9	3	1	1
<b>Total</b>	<b>525</b>	<b>146</b>	<b>71</b>	<b>40</b>